



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29-11-2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto
- Suspensão
- Falha na transmissão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Bom dia, senhoras e senhores.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 33ª Audiência Pública, do ano de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo e TV Câmara, canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada diariamente nos jornais: *O Estado de S.Paulo*, desde o dia 28/11/2022; *Folha de S.Paulo*, no dia 26/11/2022; *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 25/11/2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente elaboradas. As inscrições presenciais serão feitas daqui.

Dando continuidade, embora seja uma nova audiência pública, hoje, ao que nós tratamos na última com os senhores, nós vamos dar primeiro continuidade às falas dos que estavam inscritos na última audiência pública, que tivemos de interromper. Aqueles que quiserem se reinscrever façam as suas reinscrições.

Portanto, aqueles remanescentes da audiência pública anterior serão os primeiros a ter fala nesta audiência, conforme tínhamos combinado.

O texto é o mesmo, o projeto é o mesmo, não há nenhuma inovação, portanto é apenas a continuidade, porque nós não poderíamos deixar em aberto por um período tão longo, sem que fizéssemos uma reabertura de audiência nova.

Presentes a Vereadora Silvia da Bancada Feminista; o Vereador Donato; o Vereador Fabio Riva; o Secretário da Casa Civil, Fabricio Cobra Arbex; nosso Secretário-Adjunto da SP Urbanismo, o Sr. José Armênio de Brito Cruz, que representa o Secretário Marcos Duque Gadelho; a Rosana Yamaguti; o Subprefeito da Sé Coronel Marcelo Vieira Salle; Sr. Alessandro Di Carlo Formigoni, Chefe de Gabinete do Butantã, representando a Subprefeita Joseane Possidonio. Muito obrigado pela presença de todos.

Vou suspender uns minutos para ter acesso à lista de presença da semana passada.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Reaberta a sessão.

Continua aberta a reinscrição dos que não fizeram na semana passada, ou que quiserem fazer agora.

Peço à assessoria que me dê a listagem da semana passada.

Estão suspensos os trabalhos por alguns minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Reabertos os trabalhos.

O Secretário da Casa Civil, bem como o do Licenciamento, representado aqui pelo Sr. José Armênio, não farão uso da palavra, uma vez que daremos continuidade e deixar para fazer as manifestações durante o processo.

Dando continuidade, a oradora inscrita naquele momento em que interrompemos era a Sra. Mariana Parker, da Vila Romana. Tem a palavra no microfone ao lado.

A SRA. MARIANA PARKER – Bom dia.

Quero falar de novo com vocês, começar de onde tinha parado na semana passada, quando ia relatar que a Kitchen Central ligou novamente o maquinário que disseram que não iriam ligar, quando os Vereadores estiveram na minha casa.

Eles ligaram a Ex12 na semana passada e, nesta semana, eles ligaram a Ex1, de novo, que são as máquinas que eles falaram na frente de vocês que eles não ligariam.

Vocês se recusam a colocar o artigo 3º, dentro do artigo 10º, que é o que a gente está pedindo desde a outra audiência. Vocês se recusam, não colocam. A gente, como sociedade, queria entender por que a recusa em colocar o artigo.

Vereador Paulo Frange, eu gostaria da atenção de vocês, por gentileza.

Qual é o problema que vocês se recusam a fazer as inserções que a gente está aqui desesperadamente pedindo? A gente não aguenta mais, ninguém aguenta mais essa empresa atrás das nossas casas, tirando o nosso sossego, o nosso sono, a nossa paz, há mais de dois anos.

Eu estou num estado de nervos que eu não consigo mais vir aqui. A gente está há meses falando a mesma coisa, vocês estão ouvindo, mas não estão escutando. Vocês não estão legislando em favor da população. (Palmas) Qual é o problema? O que está acontecendo aqui? Não é justo vocês deixarem que eles parem as motos e os caminhões há sei lá quanto de distância. Não é justo esta lei ser autorregulável. Não é justo a gente pagar, a Vila Romana e o Brooklin pagarem por uma operação que está irregular, que tem alvará de *coworking*, de escritório, cara! Isso é uma indústria. Não é justo o que vocês estão fazendo com as nossas vidas, vocês estão brincando com a vida da população.

A gente manda *e-mail*, manda whatsapp, a gente manda os vídeos para vocês do que está acontecendo com a gente e vocês não escutam! Vocês não escutam. Vocês não querem escutar, vocês não querem legislar a nosso favor.

O que acontece? Qual é a sujeira que está acontecendo por trás? Peço desculpas. Mas não dá. (Palmas) Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Mariana.

Tem a palavra a Sra. Carolina Velasquez, do Conselho Participativo. (Pausa) Não está presente. Tem a palavra a Sra. Miriam Santos Cardoso, da Sociedade Civil do Brooklin. (Pausa) D. Miriam, nós suspendemos as apresentações hoje, não queríamos fazê-las para dar tempo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dentro dos três minutos? (Pausa) Ok, D. Miriam.

A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO – Vereador Frange, se o senhor quiser dar a palavra a outra pessoa, enquanto isso resolve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, D. Miriam.

Dou a palavra em seguida, logo que o técnico chegar.

Tem a palavra a Sra. Monica Oliveira, da Sociedade Civil Brooklin.

A SRA. MONICA OLIVEIRA – Bom dia ao presidente da mesa e a todos presentes.

Eu quero me solidarizar com a Mariana porque sou moradora do Brooklin, tenho uma criança asmática. Nós estamos vivendo uma tragédia, como a Mariana bem colocou aqui.

Além do problema respiratório que a sociedade está enfrentando, pedindo ajuda dos senhores aqui presentes, a gente vive fora da legislação de trânsito. Eu presenciei quase um atropelamento de um rapaz, ainda teve uma discussão.

A gente, como sociedade, vem aqui pedir para vocês legislarem a nosso favor, mas a favor da sociedade como um todo. Era um transeunte. Ele não devia conhecer a região, mas quase foi atropelado, porque os entregadores não respeitam via de trânsito.

Quando a Mariana vem aqui desesperada, eu, como mãe falando que tenho um filho asmático e não posso abrir meu apartamento, é porque a gente está cansada. Já vimos pedir.

Então eu venho pedir a vocês, por favor, atendam os nossos apelos como sociedade. A gente só está querendo que a empresa fique, gere empregos, mas precisamos que leis e normas sejam criadas a favor do bem-estar da população. É isso que a gente quer pedir a vocês. Que olhem a Miriam, a Lucia, a Mariana, a Monica, nós, sociedade civil, estamos vindo pedir ajuda de vocês para que a gente possa conviver em ambiente harmônico. Só isso.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Monica.

Tem a palavra a Sra. Ariane Barrense da Silva. Sra. Ariane está presente? Obrigado.

A SRA. ARIANE BARRENSE DA SILVA – Meu nome é Ariane e eu sou dona da página Todos Contra a Perturbação do Sossego. Quero agradecer a oportunidade de poder me expressar mais uma vez.

É grave o que está acontecendo no momento atual. O futuro, não só da cidade, mas também do Estado de São Paulo – porque isso vai influenciar o resto do Brasil, enfim –, já está basicamente decidido. Os nossos direitos humanos estão nas mãos desses 40 Vereadores e Vereadoras que votaram a favor da violência, da tortura, do sofrimento, do suicídio, da depressão, do desespero, da doença e da ansiedade das pessoas. Quem eles são? Quando

eles chegam a suas casas, como eles se sentem? Sentem orgulho de fazer as leis que fazem? Sentem orgulho de ver a violência na cidade e não fazem nada para mudar? (Palmas)

Isso é para os Vereadores Paulo Frange e Fabio Riva. Se fosse na família de vocês, vocês não estariam fazendo isso. Está bem? Se é a família de vocês, resolve-se do dia para a noite o problema do barulho. O problema de Mariana, de vocês, demora anos. Há quantos anos São Paulo está assim? Porém, quando é a família, quando é o amigo de vocês, do dia para a noite, resolve-se. Está bem? (Palmas)

Então, são assassinos da nossa saúde mental, assassinos da nossa saúde física. A minha dor, o meu sofrimento, tem culpado. Eles têm nome e sobrenome. Eles estão aqui, criando essa lei ridícula, sem justificativa, para aumentar o barulho e violar ainda mais os direitos humanos. Onde está a ONU? Onde está a OMS? Ninguém está fazendo nada aqui, para impedir isso. Entenderam?

Vocês têm dinheiro suficiente para resolver um monte de problemas – nós, não. Em vez de criar um projeto de lei para melhorar a vida da população, não, vocês se vendem para esses empresários. É só isso o que conseguimos ver, porque não estão ajudando o povo. E os autistas, que têm sensibilidade? Vocês estão achando que são o quê? Vocês precisam se olhar no espelho e se perguntar se vocês sentem orgulho de quem vocês estão sendo. Vocês não se comportam como líderes de uma nação evoluída. Vocês são um bando de atrasados, que só sujaram a imagem do Brasil, aí fora. (Palmas)

Os nomes de vocês estão muito bem anotados. Eu vou falar uma coisa, agora: o dinheiro compra a postura de vocês. O dinheiro compra quase tudo, mas ele não compra o carma. Ele não compra a verdade. Ele não compra a colheita. Ele não compra a cura de uma doença. Aqui se faz, aqui se paga. Já que todos nós estamos ficando doentes, vocês também vão ficar. Três minutos não resumem nem um pouco a minha fala. Vocês sabem que a plantação é opcional. A colheita é obrigatória.

O Vereador Paulo Frange diz, na rede social, que está há 20 anos aqui. Então, eu quero saber como é que pode, há 20 anos, ver o caos que está na cidade e não fazer nada?

Como é que pode? (Palmas) Como é que vocês podem votar a favor de um projeto ridículo desses, que vai prejudicar ainda mais o Brasil inteiro?

Eu não tenho medo, não. Se vamos sofrer, se está todo mundo, aqui, doente, vocês vão ficar. Por que não? Por que é que temos de ficar, à noite, no hospital, com pressão alta, e vocês não? Que a justiça venha – é só isso o que eu peço para vocês, aí. Como é que podem os políticos estar no poder, no Brasil, fazendo o que fazem? O Brasil está um caos. Para mim, há alguma coisa errada neste país. Que feitiço é esse, forte, que eles estão fazendo, para estar no poder? Ou vocês acham que os políticos não fazem feitiço, no Brasil? Não fazem, para ganhar? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Obrigado.

O SR. DELEGADO PALUMBO – Eu quero me inscrever para falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós estamos seguindo a ordem das inscrições presenciais remanescentes da audiência pública. Assim que estivermos na oitava dos virtuais, nós lhe passaremos a palavra, com certeza.

O SR. DELEGADO PALUMBO – Fico no aguardo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Sra. Monica, deixo claro que o Vereador Paulo Frange é Presidente da Comissão de Política Urbana. Minha obrigação é conduzir as audiências públicas do começo ao fim. Nunca faltei. Não vou faltar e vamos conduzir. Eu não emito, como Presidente, nenhuma opinião pessoal sobre este assunto. Eu apenas conduzo os trabalhos. Então, é apenas para que vocês...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Essa é a regra da Comissão. O Presidente apenas conduz os trabalhos. As manifestações todas acontecerão em plenário. A nossa condição, aqui, agora, é dar condição para que todos falem, manter essa ordem e manter as audiências públicas dentro do rigor que é possível, hoje.

Sra. Solange Melendez, da Sociedade Amigos da Cidade Jardim?

A SRA. SOLANGE MELENDEZ – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de fazer um pedido para a Mesa. Eu vi o Vereador Paulo Frange solicitando a lista de presença da audiência passada, que foi bem conturbada. Seria muito importante que tivéssemos essa lista de presença antes de prosseguir nas nossas discussões. Por quê? Inclusive, não sabemos quais Vereadores estavam presentes na última audiência. É importante que saibamos, porque muitas argumentações foram feitas naquele dia. Foram argumentações importantes e não só o público que estava *on-line*, mas também os Vereadores não tiveram acesso a essas informações.

Eu vejo que já na audiência anterior se enfatizou que se está criando essa regra do aumento dos decibels porque não existe regra. Na verdade, as regras já existem. Existe legislação federal e existe a Lei de Zoneamento, que determina o limite de ruídos. Então, eu quero saber por que haver outra regra. Por quê? Isso significa que é para satisfazer o interesse de quem, Srs. Vereadores?

É só para prejudicar a população, porque ninguém aguenta, mesmo com o substitutivo, que diminui de 85 para 75 decibéis. Nós sabemos que é um absurdo esse volume. Quem sente o barulho sabe muito bem. Eu não sei onde vocês moram, mas, sinceramente, eu fico me perguntando onde é, porque eu espero que vocês também sejam afetados por esse barulho, como a população está sendo e ficando doente.

Quero lembrar vocês de que, no ano que vem, nós temos eleições e os nomes de vocês vão ficar anotados. Vocês estão vendendo a cidade para as incorporadoras e, agora, para os que vocês chamam de Zonas de Ocupação Especial, que são os estádios e, no caso da Cidade Jardim, o Jockey, que tem dois estabelecimentos comerciais, lá dentro, que vivem burlando a lei do ruído, com sucessivos pedidos ao Psiu, que nunca são atendidos. A população continua sendo prejudicada. Assim, só reforço que no ano que vem há eleição, gente, e os nomes de vocês serão lembrados – e bem lembrados.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Obrigado.

Tem a palavra o Vereador Antonio Donato, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento todos os Vereadores e as Vereadoras presentes, bem como os membros do Executivo.

Quero só relembrar os fatos, para que cheguemos até aqui, hoje, nesta situação. É uma bela tarde, aqui. A sessão está suspensa e fica suspensa, o que não é algo incomum. E, às 6h da tarde, chega a notícia de que seria votado um projeto substitutivo a um PL do Vereador Rinaldi, incluindo um texto - que chegou aqui escrito à mão - que estabelecia 85 decibels para ZOEs. Para algumas ZOEs, 85 decibels. Diante da reação da Casa, eu posso dizer, de vários vereadores, não só da Oposição mais da Base também, não dá para discutir um tema desse nessas condições, até porque era uma solução que não resolveria, até do ponto de vista de quem quer resolver.

E como gosto de falar de fatos, no domingo anterior, o Sr. Prefeito tinha estado no Allianz Parque. Estou dando fatos. São fatos. Na terça ou na quarta chega aqui esse PL. Naquele momento, o Allianz Parque estava sofrendo, ia sofrer a terceira multa e, portanto, o fechamento administrativo, conforme diz a lei. Qual era o caminho que a gente sempre considerou que era o razoável? Que os moradores da região consideravam razoável e que chegou a ser estabelecido alguns dias atrás, algumas semanas atrás? Era a elaboração de um TAC. Já que o Ministério Público acompanhava, já existiam medições do IPT. Existe todo um trabalho técnico em função de discutir aquela situação.

Voltando aos fatos. Para nossa surpresa, no projeto das dark kitchens chega como substitutivo os 85 decibels, agora não para as ZOEs, para qualquer local de São Paulo, desde que seja um grande *show*. A ser definido um grande *show*, por decreto. Não me parece razoável isso. Ao contrário, piora a situação. Aí viemos aqui para audiência pública passada, tivemos a notícia de que o Executivo baixou para 75 decibels. Então, qual é o critério? Qual critério técnico? Qual estudo que está embasando isso? Cada hora é um número. Cada hora é uma região. É

uma ZOE, depois é para cidade toda. O único argumento que escutei aqui do Executivo é que precisamos preservar os empregos na nossa cidade. É um setor muito importante, tal.

- Manifestações no recinto.

O SR. ANTONIO DONATO – Eu também estou aqui há bastante tempo, eu já escutei esse argumento várias vezes. Sempre que se precisa defender algo indefensável se recorre à geração de empregos. O comércio ambulante gera emprego. O comércio ambulante ilegal, mas ele é combatido pela Prefeitura. Esse argumento: bom São Paulo faz parte do circuito mundial de grandes *shows*. É verdade. E se isso não for no Allianz Parque, vai ser em outro lugar. Vai ter um investidor que vai fazer direito ou então o Allianz Parque se quiser fazer direito vai investir para diminuir os impactos que tem ali. É o óbvio. (Palmas)

São Paulo não vai perder nenhum emprego com isso. Então parecem ser argumentos falaciosos dizer que na Lei de Zoneamento, no Plano Diretor está escrito lá que fanfarras, bandas de músicas. E, portanto, o argumento que o Vereador Fabio Riva usou, um argumento risível. Porque banda de música ali está no contexto, no espírito da lei, ali no Coreto de Taipas, que o Vereador conhece bem. É uma bandinha no Coreto. Não é Coldplay ou grandes *shows* com impacto que está tendo.

Então não me parece nem um pouco razoável. Eu queria apelar para o Governo. Apelar mais uma vez, porque é verdade, os vereadores votam, mas o Governo tem uma base. A responsabilidade primeira é do Executivo. É do Executivo. É do Executivo. Então queria apelar ao representante do Executivo para que tirasse o artigo 13 das *dark kitchens*. Que a gente tivesse um debate decente sobre ruídos na cidade. E que aí a gente possa estabelecer uma política de ruídos, que a gente possa ter o menor impacto possível para a população. Não poderia deixar de falar das *dark kitchens* também. Não poderia deixar de falar, já que deveria ser o tema principal, mas ele foi sequestrado por esse debate.

Bom, por que se argumenta que a legislação das *dark kitchens* é daqui para frente? Ah, porque isso vai causar insegurança jurídica. Façamos a nossa parte, depois vamos discutir no Judiciário. Não é possível que as cozinhas que estão instaladas, causando esse nível de

incomodidade, a gente não tenha nada para falar para a população. Que a gente não possa fazer nada.

Então acho que a gente também precisa mudar alguns aspectos do PL das *dark kitchens*, principalmente em relação às cozinhas existentes que geraram essa situação toda. Então não é possível que a gente seja tão insensível de entender essas questões.

Então eu gostaria de fazer esse apelo aqui. Esse apelo. Sei que o Executivo tem uma base. A dinâmica daqui a gente conhece. Então queria fazer um apelo ao Executivo: que pudesse pôr um pouquinho de bom senso nesse debate. Primeiro, separando o debate de ruído. Segundo, vamos fazer um esforço de melhorar ainda mais a lei das *dark kitchens* para atender quem está sofrendo agora. Porque estamos falando das futuras, não estamos falando das incomodidades que são grandes, para alguns casos que já existem, que foram criados na brecha da lei – brecha da lei talvez seja uma coisa muito suave – foram ao arrepio da lei; arrepio da lei e a interpretação que se faz é que elas têm o direito adquirido. Na minha opinião não tem esse direito adquirido. E vamos fazer a nossa parte, colocar na Justiça e vamos discutir. Vamos discutir com os donos das *dark kitchens* aí quem tem razão.

Mas eu acho que a Câmara tem que fazer esse papel e a gente está se colocando para isso aqui e vamos batalhar lá no plenário também para que a gente não aprove esse projeto do jeito que está e apelando para que a gente faça uma discussão decente na cidade de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Vereador Donato.

As inscrições estão encerradas. Já temos número acima do que tinha programado. Estão encerradas as inscrições nesse momento.

Com a palavra a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Vereadores, colegas aqui presentes, representantes do Executivo.

Dizer que esse projeto, ele tem vários problemas. O primeiro problema é que tem

dois temas no mesmo projeto. O Vereador Donato falou de sequestro! Mas o nome disso existe. É jabuti. Aliás, não sou eu quem fala. Está na Rede Globo. Hoje, de manhã o *SP1* falou que era jabuti. A *Folha de S.Paulo*, já falou que era jabuti, enfim. É um desrespeito colocar um tema de outro assunto no meio de outro projeto. Nenhum dos temas fica suficientemente debatido e a população que está por aqui presente nas audiências públicas está contra os dois temas.

Então queria começar pelas *dark kitchens*. Dizer que nós votamos contra o projeto e consideramos que atividades industriais têm que ficar nas zonas industriais. Esse é o nosso posicionamento.

Sobre a questão dos decibels, não é verdade, como se afirmou aqui muitas vezes, que em São Paulo não tem lei sobre isso. Nós temos o Plano Diretor, nós temos a Lei de Zoneamento, que regula a porcentagem de decibels para cada zona. É só pegar o quadro e analisar. Então a ZOE não tem, mas em torno da ZOE é uma zona mista. Em torno do Allianz Parque é uma Zona Mista. E lá o limite é 55 decibels. Se o limite da lei não fosse 55 decibels o Allianz Parque não teria sido multado no dia 5 de abril. A verdade é essa. A lei existe sim. O que está se propondo nesse projeto é a mudança da lei para pior. Aqui na Câmara a gente deveria melhorar as leis e não piorá-las. E esse projeto está piorando uma lei, porque hoje com a lei que já existe já há reclamação, aumentaram 48% as reclamações para o Psiu. Então, nós vamos piorar uma coisa que já está fazendo mal para a população?

Então, o que nós achamos: primeiro que o projeto modifica para pior. Muita gente já falou aqui das recomendações da Organização Mundial de Saúde, que acima de 70 decibels causa estresse degenerativo, infartos, causam infecções. Quem é que vai pagar a vida dessas pessoas? Por que a indenização pode até ser que se consiga na Justiça, mas e a vida de alguém que morrer, quem é que vai trazer de volta? O Ricardo Nunes vai trazer de volta a vida das pessoas? A saúde das pessoas?

Então, o que está sendo colocado aqui hoje na Câmara é muito sério porque lida com vidas, com saúde pública, e isso não é brincadeira. Então, o que está na lei agora que eles estão propondo modificação: tem uma mentira lá porque diz que é eventual, que os *shows* são

eventuais, atividades eventuais. Eu entrei no *site* do Allianz Parque e tem *show* dia 6, dia 10, dia 13, dia 14. O que é eventual nisso? Tem *show* de dia, de semana, em que as pessoas trabalham e mesmo de fim de semana, que as pessoas querem descansar.

Aqui está prevalecendo o interesse privado acima do interesse público, porque no dia 5 de abril o Allianz Parque foi multado. Sabe quanto foi a medição de decibels? 74, se passar essa lei dos 75, naquele dia o Allianz Parque não teria sido multado. É evidente que existe um interesse particular de uma meia dúzia de empresários de *shows* de grandes eventos, que não representam o empresariado da cidade, porque não são todos, mas uma meia dúzia e essa meia dúzia está querendo impor uma lei para a cidade inteira, que vai beneficiar exatamente os grandes eventos e os grandes *shows* que hoje acontecem. A gente sabe onde: o Allianz Parque, Morumbi, Anhembi, tem lugar e sobrenome, nome e sobrenome, os lugares. Não é todo lugar.

Então, diante disso, nós fazemos um apelo ao Executivo para retirar esse artigo 13 do projeto porque senão nós da Oposição e nós da bancada do PSOL vamos ser obrigados a fazer obstrução desse projeto no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Vereador André Santos.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Bom dia, Presidente Paulo Frange.

Eu estava acompanhando, não pude estar aqui hoje devido a compromissos previamente agendados, mas acompanhei uma pessoa que eu não conheço, a dona Mariana Park, assim, uma coisa é virou lei tem que obedecer a lei, está sendo discutido isso aqui, a sociedade está vindo aqui para discutir o que pensa. Os Vereadores, todos nós temos obrigação de avaliar, analisar, discutir em cima disso.

Agora, se há uma lei vigente ela tem de ser cumprida, e se houve um acordo dessa empresa chamada kitchen Central junto à CCJ e vou fazer essa avaliação verbal, se eles falaram aqui na CCJ que eles iriam cumprir a regra do jogo porque é o combinado, vocês estão discutindo uma coisa, está para ser decidido em relação a isso, então até que você cumpra o que está para ser decidido, nós não vamos ligar as máquinas, nós não vamos ligar os equipamentos e, se eles não estão cumprindo, segundo o que a senhora falou, anotei aqui, vou verificar junto, inclusive o

pessoal do meu gabinete está aqui, fiquei extremamente indignado com isso, estou indignado. Sou da base do Governo, mas eu vi isso e estou extremamente indignado porque se eles desrespeitarem... estão ligando lá sábado, domingo, terça, estão perturbando, enquanto nós estamos aqui discutindo o que deve ser feito e houve um acordo. Isso não vai ficar assim. Eles tinham que ter cumprido com a palavra deles, eles tinham que ter cumprido, porque ainda não foi definido mudanças nos critérios do barulho na cidade e ainda tem uma lei em vigor. E, se eles, diante da CCJ afirmaram que iriam manter a paz do lugar até que se decidisse por lei se mudaria ou não tudo isso e eles não estão cumprindo, eu acho que a Câmara Municipal de São Paulo, os Vereadores dessa Casa têm que tomar uma providência. Que negócio é esse? Chega aqui na Câmara, fala uma coisa para inglês ver e depois muda isso.

Então só vim para cá para poder falar, pedir a oportunidade para falar, porque eu fiquei extremamente indignado. Nós estamos aqui para que as leis sejam cumpridas. Não houve mudança nenhuma em relação à lei, está sendo discutida em audiência pública, todo mundo está discutindo. Mas, enquanto a lei está em vigor, e houve um acordo, eles pegaram isso a fundo, lá eu vou verificar isso a fundo, assumiram um compromisso de não ligar os equipamentos e ligaram. Então, nós, como Câmara Municipal, vamos tomar providências em relação a esse tipo de assunto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Vereador André Santos.

Com a palavra a Sra. Luna Zarattini, que assume o mandato como Vereadora de São Paulo agora em 2023.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Bom dia a todos e todas, me chamo Luna Zarattini, vou assumir como Vereadora na Bancada do PT, em 2023, dia 15 de março.

Mas tenho acompanhado várias audiências que estão acontecendo aqui na Câmara. Primeiro, queria saudar vocês da sociedade civil que vieram verificar, denunciar, se colocar, isso é muito importante. Então, na verdade, quem está de parabéns são vocês hoje que estão fazendo o que precisa ser feito. E quero dizer que o meu futuro mandato também vai estar à disposição,

principalmente nessas questões. Não vamos deixar a nossa cidade estar à venda e nem que o interesse privado esteja acima do interesse público. Acho que estamos aqui fazendo um bom debate, é isso gente, saudade, na verdade, é uma fala mais de saudação, vamos que vamos, e obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereadora, seja bem-vinda.

Tem a palavra Sr. Carlos Beltel, da Renova Centro, está presente? (Pausa) Leonardo Rodrigues Muniz? (Pausa)

O SR. GUSTAVO NOGUEIRA – Bom dia senhoras e senhores, meu nome é Gustavo Nogueira, eu sou diretor da empresa Smart Kitchens por favor, não confundam com Kitchen Centro, por favor, não confundam com Kitchen Central, mais ou menos, eu vou explicar por que que não é. Agradeço o convite desta Casa para participar dessa importante discussão.

Nossa empresa, fundada em 2018, tem cerca de 80 cozinhas distribuídas em cinco condomínios em São Paulo. Cada um de nossos condomínios são dotados de área de apoio para entregadores, com área de estacionamento, área de descanso, com tomadas, bebedouro, banheiro exclusivo, higienizado e abastecido duas vezes por dia. Temos hoje cerca de 70 empresas e nossa carteira de clientes, em sua grande maioria, são microempreendedores, muitos dos quais atuam em atividades que não produzem poluentes atmosféricos. Como? Docerias, empresas de açaí, restaurantes japoneses, lanches, diversos. Somados os nossos colaboradores diretos e indiretos, somente nossas operações são responsáveis geração de cerca de 2 mil empregos na cidade de São Paulo.

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Pelo contrário, nós providenciamos uma oportunidade de sobrevivência para esses restaurantes que estavam fechados durante a pandemia. Voltando à minha fala,...

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Por gentileza, vou responder ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos permitir que o orador fale?

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Feita essa introdução, eu gostaria de trazer aqui uma informação relevante. E, aí, é importante distinguirmos o caso das unidades que estão dando problema da empresa concorrente, das outras empresas que existem no setor. Nenhuma, ressaltado, nenhuma reclamação registrada sobre nossas operações Smart Kitchens existe hoje em nenhuma subprefeitura em que nós atuamos. O setor de *dark kitchens* não é uma empresa, é um setor abrangente que envolve outras empresas.

Isso demonstra claramente, senhores, que é possível desenvolver atividade de *dark kitchen* na cidade de São Paulo minimizando impactos e convivendo de forma respeitosa e pacífica com os vizinhos.

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Nós da Smart Kitchens – e aí é que está a diferença, pessoal -, somos 100% a favor da regulação, 100% a favor dos limites e obrigações de minimização de impactos previstas na lei. O trabalho que o Executivo e os Vereadores estão aqui discutindo a pedido de vocês é ótimo para as empresas que também atuam no setor; gera segurança jurídica. É possível investirmos em novas unidades com segurança de que o trabalho bem-feito vai gerar frutos não só para os empresários, mas para todos os trabalhadores envolvidos e para a sociedade.

Contudo, venho hoje a esta Casa suplicar a atenção dos senhores. Venho aqui hoje emitir um grito de socorro. Mariana, eu concordo com você. Os problemas que estão sendo gerados na sua residência, na sua vida têm que ser resolvidos, e existem mecanismos legais para isso. Termos de Ajustamento de Conduta é um desses mecanismos.

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Nós nem precisaríamos estar discutindo uma lei.

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Vamos cobrar, vamos cobrar a fiscalização, vamos à justiça resolver o problema. Mas, agora, um ponto importante: o texto do

Projeto de Lei 362, aprovado em primeiro turno pela Câmara, cria regras e restrições que inviabilizam economicamente a atividade das *dark kitchens* em São Paulo, mas num ponto específico...

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Num ponto específico, pessoal...

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Como? O senhor, por favor, se inscreva para ter direito à palavra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Moreirão, por favor. Gente, por favor, há um orador falando. Nós não vamos permitir esse tipo de situação. Leonardo, termine, por favor.

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Nosso setor... Nosso setor é uma plataforma de empreendedorismo para mais de 700 microempresas e empresas de pequeno porte na Cidade. São 4 mil postos de trabalho ameaçados. Nós estamos aqui para pleitear 1 mudança, 1.

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Mariana, querida, essa unidade não está em funcionamento e nunca esteve. Ela está parada há seis meses porque existe o PL em votação e existe uma regra informal dentro da subprefeitura para...

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Eu não tenho...

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Não há debate pessoal agora.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Pelo amor de Deus. Nós não temos uma *hub* na Pompeia. Essa unidade a que você acabou de se referir, ela está há seis meses pronta para operar, e eu não consigo operar porque eu não consigo alvará porque existe um projeto de lei em votação. Ela nunca operou.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Leonardo, você atenha-se à sua fala, por favor. Vamos encerrar.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Em resumo, venho hoje implorar aos nobres Vereadores a atenção no seguinte ponto: 10 cozinhas por condomínio inviabilizam economicamente nossa atividade...

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Precisamos de no mínimo 20 cozinhas, conforme o texto da lei original. É só isso. É só isso.

- Manifestação no recinto.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Convido você, Mariana, a conhecer as nossas unidades. Convido vocês a conhecerem as nossas unidades para vocês distinguirem o setor de uma empresa que tem 10 unidades e apenas 2 unidades, que foram as primeiras, que geram esse incômodo. E precisa ser resolvido, ninguém discorda de vocês. Agora, nós não podemos matar um setor inteiro por um problema de 2 unidades que pode ser resolvido.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay, Leonardo. Obrigado.

O SR. LEONARDO RODRIGUES MUNIZ – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Juliana Leal, do Cades Pinheiros. (Pausa) Fábio Nassif, da Pompéia sem Medo.

(Pausa)

O SR. FÁBIO NASSIF – Bom dia.

Essa discussão já entrou num nível de constrangimento absurdo, e a única pergunta que sobre depois de todo debate é: qual é o interesse financeiro por trás disso? O que os senhores, que estão passando esse constrangimento, ganharão com isso?

Na audiência passada esteve um técnico do IPT. O IPT, eu imagino que todos e todas aqui reconheçam como um instituto sério de pesquisa. Esse técnico trouxe o único argumento

técnico apresentado até agora aqui. (Palmas)

Ele afirmou que é muito prejudicial à saúde das pessoas, inviável. Mas não: o Executivo fez aquela famosa manobra de falar: “Vamos colocar 85; aí, se pressionarem, a gente bota 75, o pessoal vai ficar feliz”. O pessoal não está feliz, está evidente aqui. E não está feliz não só para as pessoas que moram no entorno desses locais, mas para o conjunto da sociedade. Esse projeto é inconstitucional pelo simples fato de que o Poder Público está atentando contra a saúde da população. Ponto. Inconstitucional.

A gente teve um intervalo comercial aqui, em que veio o rapaz...

- Risos no recinto.

O SR. FÁBIO NASSIF – ...da empresa parece que veio direto da propaganda da TV... (Palmas) ...preocupado com os empregos e com o setor. Por que não defende que as *dark*, sombrias cozinhas, sejam feitas em zonas industriais? Defenda, o setor vai voar, você vai nadar em dinheiro, vai nadar em dinheiro, vai gerar muito emprego.

Eu acho, Srs. Vereadores e o Secretário também,... Secretário, o senhor poderia responder a pergunta “de onde foram tirados os 75”?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não há pergunta e resposta agora. Ele vai falar ao final.

O SR. FÁBIO NASSIF – Não, no momento final, porque é importante. Foi algum estagiário ou estagiária que escolheu os 75? Mas eu acho que nenhum estagiário faria isso. (Palmas)

- O Sr. Presidente faz soar a campainha

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay.

O SR. FÁBIO NASSIF – Só é possível fazer a partir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu vou pedir respeito. O Secretário da Casa Civil, presente. Esse tipo de manifestação não é respeitosa.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – A Câmara...

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Desculpe, desculpe, desculpe. Não é respeitosa, não é respeitosa.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O Fabrício Cobra tem uma história. Ele está defendendo uma tese, tem todo o direito de defender.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós tivemos, até outro dia, uma defesa de quem estava de um lado e quem estava de outro, infelizmente sem o menor respeito por ninguém. Aqui, vou pedir, é o mínimo, você é um cara decente, de qualidade, desculpe a minha fala, mas o Fabrício, não temos história do Secretário da Casa Civil... ele está presente em todas as audiências públicas. Ele poderia mandar um técnico, ele vem pessoalmente, mas esse tipo de manifestação não contribui. Faça a sua manifestação tranquilo, ele vai responder ao final, sem nenhum problema, é uma questão só mesmo de regra.

O SR. FÁBIO NASSIF – Presidente, eu não fiz nenhuma ofensa pessoal.

- Falas simultâneas.

O SR. FÁBIO NASSIF – Só fiz um pedido para que se justifique tecnicamente os 75 decibéis, ou decibel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ao final ele vai justificar.

O SR. FÁBIO NASSIF – E que se justifique porque os 75 é respeitoso com a população que vai sofrer consequências na sua saúde. Por que 75 é respeitoso com o conjunto da população? É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Tá bom. Obrigado, Fábio. (Palmas)

Antonio Pedro, da Facesp, está aqui? (Pausa) Sérgio Reze, sua apresentação está pronta? (Pausa) Vamos passar a palavra a dois Vereadores e, em seguida, você termina, pois você tem uma fala para fazer da apresentação anterior.

Indago ao Delegado Palumbo, que está virtualmente, gostaria de se pronunciar? Tem

a palavra. Bem-vindo.

O SR. DELEGADO PALUMBO – Presente, Presidente, estou num compromisso fora, mas estou presente acompanhando. Parei o carro para falar.

Presidente, isso que querem fazer é um verdadeiro absurdo. As pessoas têm direito ao descanso e isso é constitucional. Não podemos ser - nós, o Legislativo - tipo uma padaria, onde o Executivo manda um projeto e os Vereadores, submissos, acabam acatando tudo que o Prefeito quer.

Para quem não concorda comigo, eu falo: "Vá descansar. Tente descansar ao lado de uma dessas cozinhas". Eu não moro do lado de nenhuma cozinha industrial, nada disso, mas se coloque no lugar das pessoas que não conseguem descansar. As pessoas não conseguem dormir. Isso é um inferno.

Eu vi uma senhora falando, acho que D. Mariana, desculpe se não estiver certo o nome, mas é absurdo o desespero dessa munícipe. E nós, Vereadores eleitos pelo povo, vamos ficar de quatro, porque o Prefeito quer aprovar esse projeto rapidamente. Está errado isso!

Nós somos funcionários do povo, não somos funcionários de empresa nenhuma e de Prefeito nenhum! Essa Câmara tem de deixar de ser capacho do Prefeito e começar a votar a favor do povo. Absurdo isso, Presidente. Por isso, mesmo sendo do partido do Prefeito, meu voto é contra. Muito obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador. Está presente também a Vereadora Ely Teruel. Vereadora Dra. Sandra Tadeu, está nos ouvindo?

A SRA. DRA. SANDRA TADEU – Bom dia a todos.

Estou no dentista, mas o que eu queria dizer, complementando as palavras do Vereador André, é um absurdo que essa Central Kitchens esteja funcionando. É que não estou aí, mas tenho recebido as queixas do barulho que essa cozinha faz. Isso não é só uma questão da Câmara Municipal. Isso também é uma questão de Polícia e do Ministério Público, pois eles têm de estar junto conosco se manifestando para que possamos dar um basta nisso.

A vida das pessoas está correndo risco. E continua funcionando essa *maledeta* dessa

cozinha, com mais de 30 cozinhas! E sinto muito também, aí com outras pessoas. O projeto são dez cozinhas. Isso o Prefeito mandou: são dez cozinhas. Eu estive com o Prefeito e o Prefeito disse dez cozinhas. Então não são nem 15 e também não são 20.

E eu disse se eu poderia estar falando e estou falando: dez cozinhas. Eu não vou aceitar nem 15 e nem 20 cozinhas. São dez! E essa questão da Central Kitchens eles não têm o direito, porque eles foram mentirosos. Quando você ao Poder Público e pede lá o *coworking* de escritórios, não é cozinha. Desculpem-me, mas não é cozinha.

A partir do momento de que você está no Poder Público fazendo o pedido e esse pedido é falso, então é um pedido que não existe. É uma coisa mentirosa. Então, na minha opinião, não tem direito adquirido. Esses senhores estão totalmente errados. Para mim não passa de bandidagem, porque eles falsificaram o pedido de licença, um pedido de construção. Não falaram a verdade para a Prefeitura como deveriam ter feito. Então não tem direito adquirido nenhum, na minha opinião.

Era isso que eu gostaria de dizer. E não pode ser nem 15, nem 20. Então, dez cozinhas no projeto que o Prefeito mandou. E é isso que vai ter de ser votado aí. Eram essas as minhas palavras. E temos de dar um basta. A Câmara tem de fazer algo, junto com a Polícia e acabar com essa Central Kitchens, porque isso virou um inferno, tanto para a Câmara, quanto na vida dessas pessoas, que são ainda muito mais importantes, dentro desse inferno que estão fazendo na Câmara com isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay, obrigado Vereadora Sandra.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Presidente, queria registrar minha presença, Cris Monteiro. Estou *on-line*. Obrigada. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereadora Cris Monteiro presente. Vereadora Ely Teruel também presente.

Sra. Miriam, agora a senhora tem a apresentação e, em seguida...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não, ela estava inscrita. Ela estava

começando...

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vou deixar para vocês decidirem. Fique à vontade. (Pausa) Já pode. Obrigado, Sérgio, tem a palavra Sérgio.

O SR. SÉRGIO REZE – Gente, bom dia. Eu queria dizer o seguinte.

- Microfone aberto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Por favor, desliguem os microfones. Com a palavra o Sr. Sérgio Reze.

O SR. SÉRGIO REZE – Estivemos aqui, nós e a população, nesses últimos dias, nas audiências. A população vocalizou, os jornais e a mídia deram ampla cobertura, o IPT, como o colega disse, esteve aqui. Nós mostramos os números que são da norma federal, do Conama, e que são mais baixa do que 75 decibéis. Nós mostramos que a Organização Mundial de Saúde determina um nível de ruído menor. Parece que isso não está sensibilizando ao Governo, ao Prefeito e à Bancada Governista.

Então eu gostaria de mostrar um pouco da realidade, mas só um pouco dos vizinhos, mas não é vizinho perto não, gente, vocês poderão ver que tem gente a um quilômetro! Do que vocês vão legalizar.

- Exibição de vídeo.

O SR. SÉRGIO REZE – Isso foi à uma e meia da manhã. Dá uma pausa, por favor. Eu quis passar também a parte da torcida para vocês verem que é um acúmulo de ruídos. Coloquem-se na posição dos moradores, gente, pelo amor de Deus, pessoas que estão vivendo isso.

Agora vou mostrar a região do Anhembi, Campo de Marte. Os shows. Vejam, há mais de um quilômetro de distância, a residência que fez a imagem.

Imaginem que tem aí uma família, com crianças, seres humanos que têm o direito de descansar e não conseguem. E isso não tem horário, é de dia, é de noite. Não é essa coisa que falaram de duas horinhas e de vez em quando.

Viram? Um quilômetro e meio de distância da fonte. O distúrbio.

Vejam a tevê trepidando. Imaginem você dentro de sua casa, com esse barulho. Olhem o volume a que uma família, milhares de famílias são submetidas. Tem vibração na janela da pessoa.

Então, meus senhores, viu Vereador, viu Fábio, Paulo Frange, o senhor que é médico. Secretários, por favor. Vocês acham que é possível? Por que, segurança jurídica? Cadê a segurança jurídica dos moradores que adquiriram imóveis, há anos, na região? Vocês vão mandar eles embora? Todos? De suas casas?

Eu peço aos senhores: imaginem quem tem filho? Você quer chegar num sábado à noite, assistir um Netflix, você quer ler um livro com seu filho ao lado, você quer estudar. Vocês não estão imaginando as consequências dessa liberação acima do que diz a regra da Conama, acima do que diz a OMS, vocês não estão imaginando. Ponham suas cabeças no travesseiro, à noite, durmam com essa, minha gente. Vocês vão carregar um peso nos ombros! Porque vocês estão atentando contra a saúde e a vida das pessoas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado. A Sra. Miriam. (Pausa)

A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO - Bom dia a todos.

Acho que é a oitava vez que estou aqui. Hoje trouxe um powerpoint, apenas para facilitar, porque vou especialmente falar sobre o projeto de lei que está sendo votado e alguns pontos principais que gostaria que os senhores dessem uma olhada.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO - Aproveito para chamar a atenção dessa frase do Sêneca que eu coloquei aqui: "Quem não tem moral, não tem direitos".

O artigo 3 desse projeto de lei, vocês definem aí onde podem ser colocadas as *dark kitchens*. Eu gostaria que esse artigo 3º fosse colocado junto ao artigo 10º. Vamos passar para o artigo 10. Por quê? O artigo 10 diz respeito exclusivamente àquelas que já estão em funcionamento, especialmente as relacionadas ao Brooklin, Vila Romana, que foram as duas primeiras instaladas e que, então, de dois anos e meio para cá, estamos sofrendo todas as

consequências que os senhores já sabem, que já mostramos fotos, já falamos e tudo o mais. Aproveito para me solidarizar com a Mariana por todo o sofrimento que estamos passando.

Vejam bem: no primeiro tópico diz: "...tenha sido instalado de acordo com a legislação em vigor à época da sua instalação". Que legislação? A legislação existia, e ela existe já daquela época? Mas ela simplesmente não foi colocada em prática. Ela não foi, não sei se é a falta de fiscais da Prefeitura, não sei qual o problema, mas existe uma legislação e ela não foi utilizada, porque, se não, elas estariam fechadas.

E se nós, hoje, estamos aqui, discutindo um projeto de lei é porque alguma coisa está errada. É porque eles fizeram alguma coisa, então, não estaríamos aqui, não é? Por que estamos aqui? Porque alguma coisa está errada.

E por que peço a inclusão no terceiro item, "atenda as condições estabelecidas nos artigos 3", então, incluir o artigo 3 dentro desse artigo décimo. Por favor, pode passar, não quero ficar falando próximo slide.

Apenas lembrando, por que ela tem de sair? Porque ela já infringiu todas essas leis. Então aquilo que eles começaram há dois anos, há dois anos e meio, já deviam estar fechadas, só baseado nessas leis. Só que não foram. Por quê? Eis a grande pergunta: por quê? Eles não fizeram nenhum estudo ambiental; nenhum estudo de vizinhança; nenhum estudo de impacto de trânsito; não fizeram e não têm nenhum controle de vigilância sanitária! Então o que vamos fazer?

Vejam bem: nesse artigo 10, além de incluir o terceiro, nós pedimos, nós queremos e não aceitamos outra coisa, que seja também retirado esse parágrafo terceiro: "para os estabelecimentos tratados nesse artigo"- que é o décimo - "as adequações às disposições previstas no artigo 7º poderão ocorrer em outro imóvel desde que seja demonstrada a possibilidade de seu atendimento na edificação existente". Não! Não, por quê? Se eles estão lá, ao redor do Brooklin, só se forem buscar um terreno a um ou dois quarteirões de distância, e o que eles vão fazer? Construir um túnel para que os motoboys passem por baixo do túnel e peguem as coisas? Ou eles vão fazer com que os carros, desculpe, os entregadores, vão fazer

o quê? Vão pegar pelo túnel embaixo? Eles vão construir um túnel? Como é que vão buscar? O que vai acontecer? Eles vão continuar criando problemas de trânsito, sim! E vão continuar causando uma série de incomodidades para as pessoas.

Outra coisa é o artigo 6, vou ser rápida. Esse tópico do artigo 6, o inciso II tem que ser tirado. Não aceitamos que os gases de exaustão, expelidos pelas chaminés, continuem na dependência, porque ali diz: "poderá ser aceita solução alternativa". Não existe solução alternativa. Tem que, simplesmente, estarem há 25 metros de rádio distância, e a 5m acima dos telhados de qualquer casa. Então isso é imprescindível que seja tirado.

E no artigo 8º, que eu também já havia pedido isso, e ficaram de me atender nisto: que seja vedado a todos os estabelecimentos o pedido de reservar espaço para motoboys, porque senão a CET libera, e a gente não tem outra condição. Tem que ser vedado.

Isto todos vocês já sabem e está aqui marcado. São quatro itens principais, dentre eles: poluição de meio ambiente, poluição através do ruído, e o espaço público sendo usado indevidamente para garantir o lucro de um pequeno grupo de empresários que, com capital inclusive de fora, está incomodando a população de uma cidade inteira, e só tende a piorar.

Vamos passar para o próximo, por favor.

Leiam e pensem nisto, Srs. Vereadores: "O mundo é um lugar perigoso de se viver. Não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim porque nós vemos, observamos e deixamos que isso aconteça". Se os senhores quiserem que isso continue acontecendo, que o mal continue acontecendo, é só cruzarem os braços.

Por último, só vou falar mais uma coisa para aquele senhor representante da Smart Kitchen: nós não somos contra o negócio e nunca nos colocamos contra. O que nós somos contra é a localização, que eles se coloquem nos lugares certos, sem criar problemas e incomodidades para a população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Miriam.

Passaremos agora aos inscritos do plenário virtual. O Sr. Guilherme Vasconcelos, da Kitchen Central está presente? (Pausa)

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Estou presente, Vereador. Eu vou falar alguns números. De trabalhadores, são seis mil empregos diretos e indiretos; entregadores são positivamente...

- Manifestação.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Eu peço que respeitem a minha fala. Entregadores: 15 mil...

A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO – Você não respeita a gente.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Respeite a minha fala, galera! Você quer, através do grito, intimidar as pessoas, mas a mim você não vai intimidar, não. Eu vou falar. Eu tenho o direito de falar e eu peço que você fique em silêncio.

- Manifestação.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Pedidos por mês: são 250 mil entregues pelas *dark kitchens* em São Paulo. Só aqui, são 300 mil pessoas impactadas positivamente pelas *dark kitchens*, todos moradores de São Paulo e todos da sociedade civil, porque sociedade civil não é composta somente por vizinhos das *dark kitchens*, não. Essas pessoas também são sociedade civil, moradoras de São Paulo que merecem ser ouvidas e que também votam nos Srs. Vereadores.

- Manifestação.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Eu cansei de ser acusado sem prova alguma.

- Manifestações.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Tem gente que acusa a Central, mas não apresenta prova. Fui chamado de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Miriam!

- Manifestação.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Se ela não se calar, eu não vou falar, Sr. Presidente. Eu vou pedir meu tempo de volta.

- Manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Marcelo, tem a palavra. Continue.

- Manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu vou pedir silêncio mais uma vez.

Marcelo, continue.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Então, é o seguinte: eu cansei de ser acusado de bandido, de falsidade. Todos os empreendimentos da Kitchen Central foram aprovados, sem sequer serem encaminhados à CTLU. Ou seja, não houve dúvida por parte dos técnicos quanto aos empreendimentos. Nas plantas apresentadas, está escrito: “Cozinha para *delivery*”. Todos os empreendimentos da Kitchen Central entregam abaixo do Quadro 4B de incomodidade, menos de 50 decibéis. Na casa da Sra. Mariana, a gente entrega 40 e poucos decibéis, comprovado pelo marido dela, o Sr. Marco Rosier, em uma das audiências públicas. É só pegar as Notas Taquigráficas, nas quais ele mesmo fala que a gente apresenta 50 decibéis.

É o seguinte: ainda existe Justiça. Quem calunia a Kitchen Central, falando que a gente não cumpre os acordos com os Vereadores... A gente não liga a máquina que a gente falou que ia ligar, não; todas as máquinas seguem desligadas. E, aí, vai ter que provar.

- Manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Miriam! Miriam!

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – E vai ter que provar na Justiça se a gente está ligando máquina ou não. Agora é o seguinte, vou voltar à minha fala, retomando um pouco a calma, porque tem hora que a paciência esgota.

O que a gente está pedindo, Sr. Presidente, é que seja observado o ordenamento jurídico estabelecido pela Lei de Ocupação do Solo.

- Manifestações.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Podem vaiar. Não tem problema... (falha na transmissão).

- Manifestações.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Eu vou voltar à fala, Sr. Presidente.

A gente solicita que seja respeitado o ordenamento jurídico. Se o artigo 102 da Lei de Uso e Ocupação do Solo estabelece um limite de mil metros quadrados para uso industrial 1B, para as cozinhas profissionais para *delivery* estão sendo reduzidas para 500 metros quadrados? A gente queria entender qual a fundamentação técnica para isso e por que as cozinhas para *delivery* serão tratadas de uma forma diferente dos demais industriais 1B.

- Manifestações.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Eu ainda quero invocar o artigo 135, no qual o Município de São Paulo sempre previu regras de transição. O artigo 135 resguarda as atividades licenciadas na legislação anterior e, assim, vai prestigiar que essas edificações que foram aprovadas, que é o caso das cozinhas para *delivery*...

- Manifestações.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – ...(falha na transmissão). Isso é segurança jurídica.

- Manifestações.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Para terminar...

- Manifestações.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – (falha na transmissão) grupo de alto poder aquisitivo dos moradores do Brooklin e da Lapa não podem determinar o que a coletividade da Cidade tem de benefícios... (falha na transmissão)... de uso e ocupação da cidade, que a gente pede que seja respeitado.

Muito obrigado, Vereador Paulo Frange.

- Manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra a Sra. Rosiane, da Pró-Pinheiros está presente? (Pausa) Sra. Graziely Spessato de Carvalho. Karine Cristina Gomes de Oliveira. (Pausa) Fernando Stratmann Cordeiro.

O SR. FERNANDO STRATMANN CORDEIRO – Oi. Aqui é o Fernando Stratmann.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra.

O SR. FERNANDO STRATMANN CORDEIRO – Eu também queria falar pela Kitchen Central e dizer que a quantidade de empregos é importante. A gente não pode desmerecer e falar: “Ah, sempre falam isso”. Não. É importante a quantidade de empregos; são mais de seis mil empregos e 85% do nosso negócio são microempreendedores, pessoas que lutam no dia a dia pelo sustento da sua família e que, durante a pandemia, ajudaram muito essa população. Inclusive, a gente teve a carta da Abrasel reforçando isso, falando como é importante o segmento de restaurantes e bares, o quanto ele ajudou nesse período de pandemia, que foi tão severo e ainda aflige a nossa população. Então, é muito importante que se considere tudo o que é necessário para a população...

- Manifestações.

O SR. FERNANDO STRATMANN CORDEIRO – ...e a vida dessas pessoas, que eu espero que não estejam vaiando os microempreendedores que lutam tanto no dia a dia para que possam trazer inclusive a comida rápida e com um bom preço para essa população, porque os que estão a distância não entregam na casa das pessoas. Então, é importante que se leve em consideração a vida das pessoas, que é sustentada pelo seu trabalho duro. E a gente trabalha junto com eles nesse ecossistema de *Dark Kitchens*, que, como vocês viram, são várias empresas com vários microempreendedores que dão duro e estão junto com vocês para que a gente tenha a melhor condição de viver tanto na residência quanto trabalhando pela população.

Agradeço à Abrasel pela carta reforçando o quanto é importante isso e que, assim, a Câmara de São Paulo considere o pedido para que se ajuste o limite de 20 cozinhas para que as *Dark Kitchens* possam operar e dar esse espaço (falha na transmissão).

- Manifestações.

O SR. FERNANDO STRATMANN CORDEIRO – É, desse jeito é difícil. Eu entendo a aflição das pessoas, mas eu também tento entender a aflição dos microempreendedores que passam necessidade e investem no investimento da sua vida em prol inclusive de atender a população. Por isso, eu peço encarecidamente que levem em consideração o limite de 20

cozinhas para que as *Dark Kitchens* possam operar e os microempreendedores possam continuar atendendo a população.

Agradeço o espaço e a oportunidade. Obrigado.

- Manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. José Roberto Vila Nova.

O SR. JOSÉ ROBERTO VILA NOVA – Bom dia a todos. Muito obrigado pela oportunidade mais uma vez. Eu acho que são três os pontos fundamentais. Eu vou fazer um pequeno preâmbulo para que as autoridades fiscalizadoras e o Poder Executivo realmente verifiquem toda a documentação e o projeto das *Dark Kitchens*.

Mais uma vez, meus irmãos: ninguém aqui é contra o empreendedorismo, só que façam da maneira correta, com toda a análise de impacto ambiental e impacto de incomodidade. Isso é fundamental para qualquer atividade que hoje queira permanecer no mercado, com as certificações de carbono zero, as certificações de todas as questões ambientais que uma empresa em atividade irá desempenhar na sociedade. Isto é fundamental: todos prosperarem com saúde e felicidade.

Após esse preâmbulo, eu vou falar de três pontos fundamentais, que já foram discutidos, mas que eu quero enfatizar: a inclusão do artigo 3º ao artigo 10, que fala da regulamentação das que já estão em vigor; nas saídas das coifas, nos terminais de carga, além dos cinco metros de altura, tem que estar a 25 metros de distância de qualquer residência. Vamos lembrar a importante atuação de cidades civilizadas. Eu acho que a gente tem que se espelhar em lugares civilizados, como Barcelona, Madrid e Londres, onde as *Dark kitchens* foram banidas do centro, sendo permitidas somente em regiões periféricas da região urbana. Aqui nós já estamos abrindo uma concessão, mas pelo menos os 25 metros de distância de qualquer residência devem ser exigidos, sim.

O outro ponto é que a adoção de qualquer unidade remota para acomodar os veículos utilizados no *delivery* não venham a perturbar as vias públicas, como está sendo hoje. Só para os senhores verem – eu estou remotamente, reservei este espaço –, eu sou vizinho de

uma *dark kitchen* no Brooklin. Este é o quintal da nossa casa, e o prédio vizinho, o branco, está a oito metros das turbinas. Isso é sem pudor, isso é um escárnio e tem que ser corrigido.

Então, por favor, grandes empresários, geradores de emprego, instalem as suas empresas em local adequado para a saúde, a felicidade e a prosperidade de toda a população. Era basicamente isso que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, José Roberto.

Fábio Teixeira Pinto. (Pausa) Sandra Palmeira. (Pausa) Luzia Maria Honorato. (Pausa) Marcelo, da Prefeitura de São Paulo. (Pausa) Maria Cristina Ferro Queiroz. (Pausa) Abraham Gurvitch. (Pausa) Marcelo Torres de Oliveira. (Pausa)

A SRA. MARIA CRISTINA FERRO QUEIROZ – Eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra, Maria Cristina.

A SRA. MARIA CRISTINA FERRO QUEIROZ – Bom dia. Eu reitero o que as pessoas têm dito, mas, como eu trabalho com saúde, eu gostaria de dizer que, com relação ao barulho, o que ocorre é que esse nível de barulho que vocês estavam propondo, de 75 decibéis, é inadmissível, porque, acima de 50 decibéis, não é confortável, já começa a ser uma coisa que às vezes impede a pessoa de dormir. Depende do tipo de barulho, inclusive ataca o sistema nervoso e, por consequência, aumenta cortisol, que é o hormônio do estresse e causa problemas cardiovasculares mesmo durante o dia; o que dirá à noite, quando a pessoa não consegue aprofundar o sono quando tem esse barulho e não consegue ter o sono mais reparador, pulando essa fase de sono mais reparadora. Por isso, é inadmissível essa proposta de 75 decibéis. Não dá, porque, durante o dia, estressa e, à noite, causa realmente danos muito sérios à saúde, inclusive nas pessoas hipertensas. Na sacada do apartamento onde eu moro, por exemplo, está a 15 metros de uma chaminé, uma exaustão de uma *dark kitchen* do Brooklin.

E tem outra coisa: além dessa questão do barulho, há a fumaça. Quando a gordura se transforma em fumaça, isso indica que ela começou a degradar e começou a formar ácido cetona e hidrocarbonetos. Há duas sessões, uma vizinha ao meu apartamento comentou que

sua plantinha formou uma crosta preta. Gente, se isso acontece com a planta, o que não acontece nos nossos pulmões? É altamente poluente essa fumaça de gordura queimada que invade a nossa sacada e o nosso varal. Isso que nós estamos respirando é veneno e aumenta em 16% o índice de desenvolvimento de câncer, fora o de outras doenças respiratórias.

Eu queria apontar uma outra coisa que já foi dita aqui, mas eu quero frisar: os transtornos com o tráfego de pessoas e carros. Realmente, não foi feito um estudo a respeito disso. Às vezes, não tem lugar na rua para as motos, e um trecho que o pessoal tem usado para estacionar não é suficiente. Eu já vi inúmeras vezes pessoas querendo passar na calçada e não poderem porque pararam motos na calçada.

Para as pessoas ligadas às *dark kitchens* e à Smart Kitchen que vieram fazer sua propaganda, eu quero falar que, na realidade, esse problema todo, essa questão poderia não ser tão grave se, desde o início, as *dark kitchens* tivessem sido classificadas não como *coworking*, mas registradas de outra forma, como elas realmente são: cozinha industrial. Principalmente as que já estão construídas não trazem progresso nenhum, e o desrespeito à saúde da comunidade e o desrespeito ao bairro não é progresso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Marcelo Torres de Oliveira, da Associação Viva Paraíso.

O SR. MARCELO TORRES DE OLIVEIRA – Bom dia, senhores da Mesa e senhores e senhoras da plateia. Um filósofo me falou da teoria de um terço: um terço é a favor, um terço é contra e um terço é indiferente. Nós não somos mais indiferentes, porque a sociedade está organizada, está mais lúcida e faz valer a sua posição. Nesse sentido, senhores, nós estamos muito preocupados com a cidade de São Paulo. Eu tenho um profundo respeito pelo Secretário Marcos, da SMUL, pelo Secretário Fabrício, da Casa Civil, e pelo Vereador Paulo Frange, mas a minha preocupação é que nós estamos em um caos total, porque agora nós temos barulho no Parque do Ibirapuera, que está virando uma arena de eventos, incomodando toda a população do entorno, inclusive a do Paraíso. E é por isso que eu estou aqui.

Nós tivemos a satisfação de conseguir barrar a *dark kitchen* da Rua Abílio Soares e, com a ajuda de vocês, ela não foi implantada, mas a Cidade está um caos, porque os aviões estão sobrevoando o Paraíso desde 2021, como nunca fizeram. Então, é o nível de ruído, é a poluição do querosene em cima de nossas cabeças, são as *dark kitchens* e agora é o absurdo do aumento de decibéis. Isso é impacta de uma forma inadmissível a população, e eu apelo à sensibilidade dos senhores, que também têm família. Você é corinthiano e tem um filho que também torce para o Corinthians. Então, temos que ter consciência e temos que ter a razoabilidade de não permitir que isso venha acontecer. Nós não podemos viver nessa angústia principalmente neste momento em que nós estamos superando a pandemia e necessitando de paz para poder trazer recursos para as nossas residências e para os nossos filhos.

Eu peço encarecidamente que a gente consiga barrar esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Marcelo.

Italo Leonelo Júnior.

O SR. ITALO LEONELO JÚNIOR – Vou repetir tudo o que já foi dito.

O projeto em si, como um todo, por conta das *dark kitchens* em zona urbana é totalmente inadmissível e inadequado pela questão de saúde, como foi colocado pela senhora que é médica, que trabalha com saúde.

A poluição oriunda das chaminés, bem como o barulho, o ruído é inadmissível aumentar além de 50, porque 50 já está demais. 50 decibéis já está demais para qualquer tipo de comodidade de saúde de qualquer indivíduo. Fala-se em filhos, em leitura, mas tem que se pensar nos transtornos que estão trazendo para as pessoas idosas, as pessoas com doenças como Alzheimer, como pessoas com tratamento de câncer.

Então, esse PL tem que ser totalmente extirpado da nossa comunidade e não ser votado em nenhuma das suas modalidades. Ele tem que ser rejeitado integralmente. (Palmas) E tem de ser revista a permanência das *dark kitchens* na área urbana da nossa cidade.

Existem várias áreas no entorno que não incomodam ninguém e que poderiam ser

aproveitadas. O pior é que estão utilizando áreas públicas onde o serviço público deveria estar tendo um atendimento, por exemplo, para cidadãos sem moradia, que estão em condições de rua. Por que não utilizar essas áreas para criar um centro de acolhimento para moradores de rua para eles poderem serem recepcionados com as suas carroças, com seus animais que estão com eles nesse caminho?

Então, esse dinheiro, esse recurso que está sendo aplicado para poder aprovar esse projeto de lei é totalmente inadequado e inaceitável para a cidade de São Paulo.

Então, peço para vocês - Vereadores e para quem vai assumir em janeiro - que venham a rejeitar integralmente esse projeto de lei. Esse projeto de lei é insano, é imoral e só vai matar a nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Carla Lascale, do bairro da Vila Mariana.

A SRA. CARLA LASCALA – Bom dia a todos... (Falha na transmissão) ... O Sr. Gustavo falou... (Falha na transmissão) ... tanto a parte de urbanismo quanto na parte ambiental. Então, ao contrário do que ele disse, houve sim reclamação da *dark kitchen*.

Eles pararam de trabalhar durante seis meses porque nós fizemos uma ação. O fiscal foi lá. Eles estavam funcionando. Eles têm 23 produtos, colocaram várias chaminés, inclusive, uma delas apontada... (falha na transmissão) ...bem na cozinha do vizinho... (falha na transmissão) ... a pessoa que vendeu o terreno disse que só vendeu o terreno porque eles falaram que seria uma vila de casas.

Só que não foi uma vila de casas. Foi uma vila de cozinhas. Então, o que acontece? Eles já começam o empreendimento deles mentindo, porque a pessoa falou que se ela soubesse que seria uma *dark kitchen*, ela não teria vendido.

Então, essa história que eles não incomodam é mentira. Incomodam, sim.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos manter silêncio. Vamos ouvi-la.

Continue, Carla, por favor.

A SRA. CARLA LASCALA – Tem fumaça, tem chaminé e agora, sim, eles estão parados... (Falha na transmissão) ...porque isso é um absurdo para quem mora, é um desrespeito à população... (Falha na transmissão) ... Era só isso que queria falar. Agora, acho que só pedindo a Deus.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Carla.

Cintia Bisconsin Ferrero.

A SRA. CINTIA BISCONSIN FERRERO – Bom dia.

Estou pensando o que mais posso acrescentar depois de tudo que foi falado. Eu preciso focar na questão dos decibéis porque eu sou vítima de poluição sonora.

Então, acho que é ponto pacífico, tecnicamente falando pelo menos, politicamente já é outra história. Mas, tecnicamente falando, é ponto pacífico que 50 decibéis é o limite razoável porque já incomoda com 50 decibéis. Então, qualquer coisa acima disso é intolerável.

Não sei onde vocês moram porque quando eu ouço qualquer um defendendo que 75 decibéis é tolerável, eu duvido que more nos bairros tradicionais de São Paulo. Vocês devem morar, sei lá, em Granja Viana, Alphaville, mas não na cidade de São Paulo. Desculpem, mas não.

Quero focar no PSIU. O único recurso que nós, como cidadão comum, temos é o PSIU. Administrativamente falando, absolutamente ineficiente. Fui vítima da Relab, que é um laboratório farmacêutico na Vila Leopoldina. Eles são donos de um prédio que aluga salas comerciais. Fui vítima das condensadoras de ar-condicionado desse prédio que ficam bem na janela do meu prédio. 73 decibéis foi medido pelo PSIU. A fiscal atuou a empresa na minha frente só que essa multa nunca chegou a empresa. Depois de muita reclamação, a única solução que me restou foi sair da cidade de São Paulo. Tive que sair e continuar brigando fora da cidade de São Paulo até que me responderam, na minha última reclamação, que o Psiu não poderia fazer nada porque não se tratava de um prédio comercial, mas residencial. Então, desculpe, mas a

fiscalização é absolutamente ineficiente.

Só quero finalizar perguntando a vocês. Desculpa, mas para quem vocês governam?

Porque para o cidadão comum não parece ser. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

A Associação dos Amigos do Alto Pinheiros, quem está representando?

Patrícia. Patrícia tem a palavra.

A SRA. PATRÍCIA – Mais uma vez a gente foi pega de surpresa com esse jabuti no meio.

Então, novamente, vem reiterar. Assinamos os abaixo-assinados, estamos junto com outras associações que a gente acha que é inadmissível o aumento a mais de 55. 55 já causa um transtorno para o morador e qualquer volume acima disso é inadmissível.

São Paulo não tem nenhum local onde não haja abundância de moradores e frequentadores. A gente está aqui vizinho ao Parque Villa-Lobos muito assustados com isso porque pode causar um transtorno enorme na nossa região.

A gente apoia que as *dark kitchens* fiquem nas zonas industriais onde elas podem ser e não incomodam moradores residenciais e tirem o sossego de cada um.

Obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Patrícia.

Arlindo Lopes Gonçalves Júnior. Não está.

Luciana Frasão. Não está.

Presencialmente, Daniel Freire.

O SR. DANIEL FREIRE – Olá, senhores. Bom dia, pessoal.

Sou da Aclimação e o Secretário já me conhece, já falei com vocês em outras ocasiões. Sou uma pessoa impactada pelo ruído. Eu tenho um filho especial que respira fuligem e fumaça não de *dark kitchen*, mas de bar e restaurante. Meu filho tem um pulmão e é hipersensível ao barulho.

Queria lembrar, mais uma vez, que a questão dos decibéis, como bem fez aquela

pergunta um munícipe, qual foi o critério técnico que foi utilizado pelos senhores para chegar ao parâmetro de 75 decibéis quando o mundo todo está buscando reduzir a 50? Por que não mudamos esse parâmetro de 75 decibéis para 50 decibéis e obrigamos aqueles que são causadores do ruído a adequarem suas estruturas a essa realidade que não impacta nas pessoas de forma danosa?

Tenho uma apresentação que eu não vou fazer, evidente, da Dra. Adelaide Nardocci, do Departamento de Saúde Ambiental, da Faculdade de Saúde Pública da USP, que na audiência do Ministério Público explanou e esclareceu todas as dúvidas técnicas é o problema do ruído. Então, como podem vocês trazerem - vocês que devem proteger a sociedade - à pauta um índice danoso à saúde com argumentação de que vai gerar emprego e tudo mais? (Palmas).

Vereador Riva, o senhor é o líder do Governo, não é isso? Vereador, ser líder do Governo não significa virar as costas para a população. Significa intermediar com o governo os interesses da população e do Executivo. (Palmas). Só que os interesses do Executivo devem estar alinhados com a população e não com alguns fomentadores de ruído.

Quando vocês vêm na nossa audiência defender um índice que é danoso às pessoas, qual o critério? Não é possível que haja um critério técnico disso. Vereador Riva, olha bem, a gente precisa que neste momento você seja um interlocutor do nosso interesse. (Palmas) ... 75 é danoso. Veja bem, Vereador, as pessoas do Allianz que foram lá e mediram 74 decibéis e cria um problema. Se fosse 75 naquele momento, o Allianz não seria penalizado pelos riscos que ele traz a saúde das pessoas. Isso não pode continuar.

Vocês têm que pegar o artigo 13 e transformar em 50, porque é o certo a ser feito. Não dá para vocês levarem para a população e impor uma situação que vai trazer dano. O que eu faço com a minha família? O que eu faço com meu filho hipersensível? Mudo?

Em relação às *dark kitchens*, ao que me consta, essas licenças auto declaratórias são de *coworking*. Ali atrás está o representante da Subprefeitura do Butantã, não é isso? Por que essas *dark kitchens* estão abertas se elas não têm uma licença para funcionar como *dark kitchens*? Não é simples isso? Não seria falsidade ideológica? Isso não está previsto no Código

Penal, no artigo 299? Então, como é que pode isso estar acontecendo dessa forma?

Se vocês de *dark kitchens* querem regulamentar, vocês têm que começar pelo exemplo e sair da casa do lado da casa das pessoas, das famílias. Bar, restaurante, *dark kitchens*, Allianz Parque, Autódromo de Interlagos tem que ser usado como autódromo.

É isso, senhores. Lembrem-se: vocês não estão aqui para nos causarem dano. É o contrário. Vocês têm de proteger a população dessas pessoas que causam danos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Ariane Barrense. Lucila Lacreta.

A SRA. LUCILA LACRETA - Boa tarde a todos.

O Movimento Defenda São Paulo protocolou hoje, Sr. Presidente, dois ofícios para a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, da Câmara, com duas perguntas.

Fizemos vários considerando no Ofício número 12, de 2022, perguntamos: “Serve o presente para solicitar a essa Comissão o seguinte: onde se encontram e como podem ser acessados pela sociedade civil os estudos e critérios técnicos que motivaram a decisão de elevação do limite de ruído em *shows* e eventos na cidade de São Paulo para 85 decibéis e, agora, 75 decibéis”. Como já foi dito, onde estão os estudos técnicos e os critérios que motivaram a decisão do aumento de 85 e, depois, para 75 decibéis?

O segundo ofício é Ofício número 13, do Movimento Defenda São Paulo, depois de todos os considerantes também à Comissão de Política Urbana da Câmara, a pergunta é a seguinte: “Considerando as disposições da Lei 10.257, que é o Estatuto da Cidade, especialmente o artigo 2º, inciso II, que assegura a gestão democrática da cidade por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, serve a presente para solicitar a essa Comissão que informe com clareza e detalhe como e quando serão realizadas as audiências devolutivas à sociedade civil das contribuições por ela apresentadas.

Muito obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Lucila.

Ana Maria Wilhelm.

A SRA. ANA MARIA WILHEIM – Hoje, estou presente em nome das crianças, dos bebês e das mães e dos pais que não conseguem dormir por conta dos ruídos feitos excessivamente por esses negócios que não são legais.

Então, peço, em primeiro lugar, uma grande empatia dos senhores Vereadores e das senhoras Vereadoras a vida das nossas famílias e das novas gerações. Estamos sendo muito prejudicados em nome do capital.

Fico me perguntando até que ponto estamos chegando nessa cidade em nome do capital financeiro. A cidade foi feita para as pessoas. A cidade foi feita para a vida das pessoas, para reprodução do capital, mas não para a gente ser massacrado pelos interesses lucrativos dos negócios.

Tenho acompanhado os depoimentos. Na verdade, estou sendo absolutamente empática ao sofrimento dos outros, das famílias que estão sendo surpreendidas por esses barulhos e por essa poluição nas suas janelas. Fico pensando que somos pagadores de IPTU.

A cidade, antes de mais nada, é nossa. A cidade, antes de mais nada, é de quem a constrói, quem mora, quem vive. (Palmas). O capital financeiro vem para fazer negócios, mas na hora que você está sentado em base a sua planilha financeira, você está interessado em ver como é que isso vai trazer mais dinheiro para sua população.

Eu quero dizer, para os empresários do setor, que os seus motoboys não são respeitados como trabalhadores. Pobres coitados desses motoboys que se estropiam pela Cidade, que morrem e se machucam e nunca mais são acolhidos pelo sistema, porque moram na p... que pariu, morem longe para c... Desculpem as palavras, mas o desespero é sempre muito grande. Eu acho que o que a gente está vendo, o clima do desespero da cidadania, ele reflete a piração que o capital financeiro faz com a Cidade.

Gestores públicos, Vereadores, eu quero dizer para vocês que eu comecei a minha

carreira aqui, nesta Câmara, secretariando uma comissão de inquérito nos anos 80, sobre creches na cidade de São Paulo. Por isso que eu volto aqui, hoje, em homenagem às crianças, aos bebês e às famílias, porque a Cidade foi feita para as pessoas, a Cidade foi feita para o ser humano e o capital tem de servir a nós e não servir ao bolso de alguns. (Palmas)

Então, eu quero dizer que me surpreende profundamente que o Município, administrado pelo MDB, por vocês, se submeta aos interesses do capital e não prevaleça os interesses humanos da Cidade. (Palmas)

A SRA. CRIS MONTEIRO – Presidente, eu gostaria de falar agora, porque, infelizmente, eu tenho de sair.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Muito obrigada, obrigada a todos e obrigada à pessoa que iria falar, agora. Eu serei breve.

Na realidade, eu queria me colocar. Eu acho que esta deve ser a 6ª ou 7ª audiência pública sobre o projeto de lei das *dark kitchens*. A gente fez bastante progresso. Eu não acho que o projeto está ideal, como a nossa munícipe Miriam mostrou, mas a gente fez algum progresso. Infelizmente, a gente tentando solucionar um problema – que é o problema da incomodidade das *dark kitchens* –, a gente colocou – a “gente” que eu digo, o Executivo, a Prefeitura – um outro problema no projeto, que é o problema dos decibéis, o que obviamente complicou completamente a posição de uma Vereadora como eu, que gostaria, inclusive, de continuar trabalhando para melhorar o projeto das *dark kitchens*.

Eu sou muito impactada pelos barulhos, pela incomodidade. Moro em uma região da Cidade lotada de bar, mas não se compara com o que o nosso munícipe Sérgio acabou mostrando, aí, no vídeo dele. Eu concordo com os munícipes que estão se colocando, dizendo que são pagadores de impostos; isso causa problemas de saúde. Eu gostaria de chamar, muito, a Prefeitura, os Vereadores da Base para que repensem esse projeto, pelo bem da saúde, pelo bem dos munícipes. A Cidade é nossa. A Cidade não pode ser só de uma parte. (Palmas) A Cidade não pode ser só dos *shows*. A Cidade tem de ser de todos. Eu quero ir aos *shows*. Eu

quero ir ao bar. Eu quero me divertir, como eu tenho certeza de que todas as pessoas que aqui também querem, mas isso tem de ser respeitado. Tem de ser levado em consideração o fato de que não pode ser o entretenimento de uns em detrimento da falta de paz de outros.

Eu não vou me alongar. As pessoas já sabem a minha posição, sabem como eu penso, podem contar comigo. Eu gostaria muito de estar em uma posição diferente agora, de poder contribuir, votar a favor desse projeto, mas eu estou vendo que está uma dificuldade enorme de que eu faça isso. Então, eu quero só chamar a atenção da Prefeitura e dos Vereadores da Base para que repensem, repensem. A gente ainda tem tempo, a gente vai votar às seis horas da tarde. Ainda dá tempo de alterar e fazer com que esta seja uma cidade para todos e não só para alguns. (Palmas)

Obrigada, Presidente. Obrigada a todos os munícipes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

João Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Boa tarde, Sr. Secretário e Srs. Vereadores; sociedade, aqui, representada.

Antes de eu entrar naquilo que me trouxe aqui, eu gostaria também de lembrar ao moço das *dark kitchens*, que ele diz que dá muito emprego, faz não sei o quê e não sei o quê mais, e que ficou tentando intimidar a Mariana, citando leis, que ele, no momento, deveria se lembrar do artigo 299, do Código Penal que, dentre outras coisas, diz que “omitir, em documento público ou particular, declaração que deveria constar e nele inserir ou fazer declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita...” Não vou continuar. (Palmas) Porque essas cozinhas industriais estão todas licenciadas com falsidade. Então, no momento, ele está sujeito... E olhem que as penalidades têm até prisão de um a cinco anos.

Mas eu queria levantar a seguinte questão: o Secretário Fabrício Cobra citou, mais que uma vez aqui e eu fui olhar, que precisa ter uma regulamentação sobre a questão do ruído porque, por não ter uma regulamentação, o empresário vai à Justiça e consegue uma liminar. Não. Não é isso o que aconteceu. Primeiro, porque existe uma regulamentação na Lei de

Zoneamento. Depois, o que a Justiça disse foi: “Se a Prefeitura autorizar”. Então, quem está liberando os *shows* indevidamente é a Prefeitura, não é a Justiça. (Palmas) E pior: está liberando alvarás, está liberando *shows* para quem ela fez fechamento administrativo. Ela chegou lá, fechou administrativamente. Na semana seguinte, chega lá e libera outro *show*. Quem está liberando é a Prefeitura. E, aí, eu fiquei pensando sobre isso e cheguei a uma conclusão: já foram levantadas, aqui, diversas dúvidas do motivo para algo tão absurdo estar sendo defendido pela Prefeitura e por alguns Vereadores. E eu cheguei a uma conclusão: sabem por quê? Porque o que a Prefeitura quer e está apelando aos Vereadores a serem cúmplices é livrar a cara por não cumprir nem fazer cumprir a lei. (Palmas) Esse não é um projeto para ajudar principalmente *dark kitchens*, embora esteja criando uma reserva de mercado para essas duas empresas que se pronunciaram. Não é um projeto principalmente para liberar os *shows* do Anhembi, do Allianz Parque, do Campo de Marte, do Esperia, do Canindé, do Morumbi, do Pacaembu e outros que vão aparecer e têm aparecido. É um projeto para livrar a cara do Prefeito, na Justiça. Esta é a pouca vergonha que nós estamos vendo. (Palmas) É um projeto para livrar a cara do Prefeito, Secretários e dos responsáveis pela estrutura, porque não cumpriram, não fizeram cumprir a lei, que é a sua função essencial. E, ainda por cima, fazem o quê? “Vamos liberar geral, porque, aí, a gente pode ficar na preguiça, na vagabundagem e não cumprir o nosso dever”. Esta é a questão. Este é o papel desse projeto.

Estou encerrando. Muito obrigado pelo tempo. Mas é isso o que nós temos aqui.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, João.

Sérgio Berti.

O SR. SÉRGIO BERTI – Bom dia a todos. Obrigado pela participação.

Eu não tenho mais nada a dizer, bastando observar tudo o que já foi dito aqui. Então, eu gostaria de, apenas, manifestar a minha indignação e o meu compartilhamento a vocês todos que estão nessa luta.

Particularmente, não deveria estar aqui para lutar ou para reivindicar, porque eu

estou apenas visualizando um problema futuro. Eu sou representante da Comissão Interlagos Hoje. Eu trabalho no Autódromo de Interlagos desde 1975, eu comecei aos meus 15 anos de idade. E o Autódromo de Interlagos, para que todos saibam, ele é completamente operante 360 dias por ano. Todos os dias tem atividade.

O que me motivou a vir até aqui foi quando eu entendi toda a artimanha que o Executivo tem para colocar um “jabuti” dentro de uma lei que não tem nada a ver com os 85 decibéis. E, aí, vou relatar rapidamente, até pedindo desculpa à Mesa, porque eu costumo não generalizar. Eu entendo a postura individual de cada Vereador, de cada pessoa, mas esse “jabuti” realmente incomoda demais quando nós notamos que 40 Vereadores apoiaram a inserção de um “jabuti” em uma lei que não tem nada a ver com a Lei do Som. Isso é um incômodo que eu não consigo entender o que é isso. Eu participo da vida pública da cidade de São Paulo, especificamente do meu bairro, de Campo Grande até Interlagos e toda aquela região, e eu já passei por poucas e boas, de artimanhas e articulações onde eu percebo até um certo constrangimento de representantes do Governo tendo de defender aquilo que nem eles mesmos acreditam. Então, foi isso o que aconteceu.

Eu vou falar rapidamente porque eu vi aqui, visualizando que esses *shows*, que estão querendo liberar, estão sendo colocados no Autódromo de Interlagos. Além de um incômodo para a população, porque os *shows* atravessam a noite... Eu sei que muitos vão falar: “Mas os carros de corrida fazem barulho”. É fato. Mas a comodidade do entorno não reclama dos carros de corrida, até porque o Autódromo tem quase 80 anos. Ele foi inaugurado em 1940. Então, quem foi para lá já sabia do Autódromo de Interlagos, e as corridas param em um determinado momento, e os *shows* varam a noite. Então, esta é a grande preocupação. Quando se coloca isso, o Prefeito já está fazendo isso, colocando *shows* dentro do Autódromo de Interlagos. E, aí, a minha reivindicação inicial com o Prefeito, até falei antecipadamente com o Fabrício Cobra, que conheci em determinado momento. Eu falei assim: “Eu acho que é difícil o seu papel de defender algo que é indefensável”. Não tem como, mas o Prefeito já está colocando. Eu, através da minha Comissão, já tentei cinco reuniões com o Prefeito Ricardo Nunes para falar sobre e ele

não nos atende. Ele não tem argumento para nos atender. E eu tenho contato... Eu conheci o Ricardo Nunes em 2010, quando ele foi fazer a primeira campanha e se apresentou em Interlagos, porque ele mora lá. Ele é vizinho do Autódromo. Ele não tem argumento para nos atender. E toda vez... Marcamos cinco reuniões, ele não nos atendeu e ele passa para algum Secretário que, obviamente, não tem argumentação. Cinco reuniões. E, aí, eu percebo que toda vez que chegamos próximos da reunião, desmarcam, desmarcam, desmarcam. Por quê? Nós temos de trabalhar e eles já estão trabalhando. Nós temos de deixar o nosso serviço para estar aqui e eles já estão trabalhando. (Palmas) Ele não nos atende. E, aí, eu percebo que, em setembro do ano passado, não nos atendendo, nós, que somos automobilistas e motociclistas, que precisaríamos de 63 finais de semana e o ano só tem 62. Ele, no ano passado, nos entregou 40 finais de semana e, no ano que vem, ele já disse que vai entregar 28 porque vai colocar *shows* lá.

Com relação aos empregos, Fabricio, você falou que a Cidade precisa de emprego, o automobilismo e o motociclismo geram emprego. Toda vez que se coloca um *show* lá, se fecham, pelo menos, três semanas para montagem e desmontagem. Três semanas nós deixamos de atuar com o automobilismo, com o motociclismo e pessoas que não estão trabalhando por conta disso. E o Prefeito Ricardo Nunes não nos atendendo foi até o Rio de Janeiro receber a chave da cidade dos *shows*, do Sr. Roberto Medina. Quer dizer, ele não nos atende aqui, mas vai até lá, para receber os *shows*. Então, é uma indignação muito grande.

Eu quero deixar registrado e chamar a atenção de todos vocês: anotem o nome dos 40 Vereadores que estão apoiando, porque nós temos de fazer essa pressão através do voto, senão, nós não conseguimos. (Palmas)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sérgio.

Jupira Cauhy.

A SRA. JUPIRA CAUHY – Boa tarde.

Queria dar os parabéns a todos e a todas que falaram antes de mim. E acho que a

gente está com o mapa completo de todas as questões.

Esta é a terceira audiência pública de que participo e eu li o substitutivo, que foi publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, e eu percebi que nada do que foi falado nas audiências públicas anteriores foi incorporado. E só pela resposta do Vereador Fabio Riva, agora, “que nós negociamos e está com 75 decibéis”, demonstra para mim que nada foi incorporado, Vereador, desculpe. Vocês não abaixaram. Vocês aumentaram para 75 decibéis.

A gente tem de tomar muito cuidado com as palavras, porque teve muita gente que reproduziu: “Nós negociamos e abaixamos para 75”. Não. De 55, de 60, no máximo, durante o dia, foi aumentado para 75. Então, isso, a gente precisa falar.

Sobre regras de funcionamento, aqui também já foi falado isso. A cidade de São Paulo eu acho que é a cidade que melhor tem regras, no Brasil. Tem uma Lei de Zoneamento, tem o Plano Diretor – que é muito bom no parâmetro de incomodidade -, e é sobre isso que eu queria falar aqui. Vocês todos receberam – para quem ainda não recebeu, depois a gente passa – um manifesto, que só reitera aqui. É o manifesto em defesa da saúde e bem-estar da população de São Paulo, assinado por centenas de associações. E não só associações da Vila Madalena e das Perdizes, porque eu tenho escutado muito isso: “Ah, isso aí é coisa de classe média reclamando”. Não, gente. O ruído incomoda todo mundo das comunidades. Aqueles que defendem moradia para o pessoal de baixa renda, tinha de entender que defendemos moradia digna, com direito à saúde, à educação, ao bem viver, à qualidade de vida. Então, alguns Vereadores que defendem moradia, deveriam prestar atenção que o que vai ser aprovado aqui, hoje, vai prejudicar a qualidade de vida de toda a população de São Paulo, e não só daqueles que moram, como eu... Esses vídeos que vocês viram aí foram gravados da minha casa. Vai prejudicar a cidade de São Paulo inteira.

A minha pergunta é a seguinte ou constatação: nós já dissemos que temos uma legislação federal, estadual e municipal, especialmente a Resolução do Conama, que esse projeto de lei do ruído, fere. Então, a gente tem falado que é uma legislação, que é um projeto, uma proposta ilegal e também inconstitucional. Vários Vereadores já me disseram assim: “Ah,

vai judicializar mesmo”. Na primeira audiência pública, um Promotor do Meio Ambiente avisou mandou uma manifestação dizendo: “Isso aí concorre com o Direito Ambiental. É um retrocesso”. E o que é um retrocesso ambiental? O Direito Ambiental diz que o que está estabelecido é sempre aquilo que é o mais restritivo, que beneficia a saúde e o bem-estar da população, e que tudo aquilo que extrapole o que já está estabelecido, não é aprovado. Portanto, é um retrocesso ambiental. Os 75 decibéis são um retrocesso ambiental. Então, todo mundo aqui já sabe, todo mundo sabe – Vereador, Secretário -, que esse projeto de lei sendo aprovado vai ser judicializados, vai ter uma Adln. Todo mundo aqui já sabe. Então, não dá para entender muito por que está se insistindo na apresentação desse projeto de lei. Alguma coisa tem. E alguma coisa pesada, porque, de novo, hoje, dois secretários municipais foram exonerados para poderem assumir. E por que vão assumir? Porque tem Vereador da Base que vota contra. Então, porque o Vereador da Base vai votar contra, exonera dois secretários para assumirem aqui.

Por fim, nós temos um Vereador da Base que foi o autor do mapa de ruído, da lei que tem de produzir o mapa de ruído. Espero que esse Vereador vote “não”, porque ele é o autor do mapa de ruído. Sete anos e esse mapa de ruído não foi produzido pela Prefeitura, Secretário. A gente tinha de estar aqui discutindo “cadê o mapa de ruído?”, a produção do mapa de ruído, Vereador Paulo Frange, para que a gente aí, sim, recebesse a informação técnica que todo mundo está pedindo e não tem. Porque não tem, gente, é bingo. Setenta e cinco, oitenta e cinco, tanto o Vereador Donato quanto o Moreirão já disseram: é para agradar ou para atender a alguém que já foi multado, porque a gente sabe que o limite, geralmente, é esse das multas... Não sei. Tem um outro Vereador aqui, nosso, da Casa, que foi o autor da Lei do Psiu e que já declarou que vai votar contra.

Então, assim, a gente tem uma série de legislações que esse projeto de lei, especialmente do Ruído, é contrário.

E eu queria dizer assim: Moreirão, você matou, você deu tudo, porque a Prefeitura não está cumprindo com o seu papel. (Palmas) Então, se a Prefeitura fechou a Arena Allianz Parque, fechamento administrativo e manteve, foi firme, manteve, manteve. Só que, aí, o juiz

falou: “Pode fazer, desde que a Prefeitura autorize”, e a Prefeitura dá o alvará no dia do *show*. Não é que o alvará já estava pronto. O alvará é publicado um dia antes ou no mesmo dia do *show*. Então, a Prefeitura tem de fazer a fiscalização e tem de multar. Na minha reflexão, eu concordo com o Moreirão. Eu acho que os Vereadores estão sendo engabelados para votarem em um projeto de lei que só para tirar a Prefeitura da sua responsabilidade.

Então, Secretário, eu sei que o senhor não concorda com isso, mas depois de tudo o que a gente está vendo aqui e ainda se manter essa proposta que entregaram, não há justificativa legal, técnica, racional, de saúde, de respeito, que justifique esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Caritas Basso, da Casa da Lapa.

O SRA. CARITAS BASSO – Boa tarde a todos, moro no entorno do Allianz Parque, sou médica, assim como o Dr. Paulo Frange, que tem um consultório lá na região, mas que deve estar desativado provavelmente. E se não estiver desativado, não funciona exatamente nos horários, nos dias em que nós sofremos com o excesso de ruído.

Quero dizer que temos os nossos direitos violados o tempo todo. E isso me faz sentir como se eu estivesse - desculpem os Vereadores, é meio forte – em um circo, porque nós que somos o povo, que viemos pedir o apoio dos representantes do povo para defender os nossos interesses, essas pessoas aqui estão armadas contra os nossos interesses. Estou na terceira audiência, por isso estou falando em circo, porque é a terceira audiência e nada é aceito. E nós ainda temos o risco, o risco não, vai acontecer exatamente isso, que é o seguinte, nós fizemos “N” audiências com a população.

Então, nós legitimamos uma coisa que eles estão fazendo contra o nosso interesse. Isso precisa ficar claro e registrado aqui, porque vão dizer isso. Quando digo que os nossos direitos são violados todos os dias, o Allianz é o exemplo típico. O Allianz, não sei se sabem, foi feita aquela arena com um projeto de reforma do Estádio. Agora, reforma, voltamos para o tema da Prefeitura, não tem engenheiro e arquiteto que examina. Se você fizer qualquer coisa errada na sua casa e levar lá, isso é devolvido, você não pode fazer.

Então, ninguém viu o Estádio no meio dos prédios. E Allianz, no resto do mundo, já

disse aqui e volto a repetir, está fora da Cidade, mas por conta de conhecer quem são os nossos representantes e por pensarem que nós não somos cidadãos, porque somos cidadãos, todos que estão aqui são cidadãos e não são cidadãos de segunda classe. Volto a insistir nisso.

Então, do nosso ponto de vista, o Allianz, por exemplo, diz que agora, em uma das audiências que eu coloquei, que não poderia fazer teto retrátil, era na construção. Mentira. Eu vi só 10 estádios que fizeram teto retrátil muitos anos depois. Estádios construídos no século passado e que foi feito o teto retrátil.

Então, a minha reivindicação, como a de todos nós aqui, é que tirem esse item da questão do ruído, não tem justificativa para ele existir, não tem critério técnico, que seja retirado e que seja aprimorada a legislação das *dark kitchens*, de acordo com os interesses da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Lucia Barros, do Brooklin.

A SRA. LUCIA BARROS – Bom dia a todos.

Está tudo errado, éramos uma padaria e de repente vieram 24 cozinhas do lado da minha casa. Eu acordava com cheiro de pãozinho e hoje acordo com cheiro de cebola, vou dormir com cheiro de gordura, hambúrguer, bacon.

E esses dias, de domingo para segunda, não consegui dormir, ligaram a máquina “X”, “Y”, “Z”, não sei qual o nome da máquina, aquilo me atormentou a noite inteira, não consegui dormir. Mandeí uma mensagem para o Secretário e mandei também uma mensagem para o Vereador Milton Leite, porque desse jeito não dá para conviver, o impacto é muito grande, são mais de mil motos, por dia, que passam por lá. Deus o livre, aconteça um incêndio, como é que as pessoas vão evacuar dos prédios? Porque não tem, passa ônibus, estacionam os carros na frente da dark Kitchens, não temos visão para sair da nossa garagem, é moto na frente, atrás. Vocês têm de dar um jeito nisso, não tem condições de conviver com uma empresa dessa.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Com a palavra Décio Sunagawa.

O SR. DÉCIO SUNAGAWA – Boa tarde a todos.

Vou tentar não ser repetitivo nas falas das pessoas que me antecederam. As pessoas falaram muito no cálculo de quanto é gasto em tratamento de saúde com as pessoas que adoecem devido ao barulho e ao estresse causado pelas noites de sono mal dormidas, mas eu iria além. É preciso dimensionar o quanto essas pessoas deixam de gerar riqueza com o afastamento do trabalho.

E vejam como há uma inversão de valores, não vejo a menor preocupação em preservar essa riqueza que é ignorada pelos nobres Vereadores e que é produzida por esses milhares de cidadãos que moram, trabalham e consomem na cidade de São Paulo, 365 dias ao ano. E geram uma cifra muito maior do que todos esses shows que tanto querem defender e querem que aconteçam.

Mas, já que gostam tanto de exaltar o quanto de divisas é produzido com eles, fica uma pergunta: em algum momento se preocuparam em colocar ao menos uma linha nesse PL pensando nessa população prejudicada, para que essas empresas de *dark kitchens* ou Allianz Shows destinem parte dos lucros para minimizar os danos e incômodos causados?

O objetivo desse PL é apenas dar segurança jurídica e proteger esses dois segmentos. Vejam que os argumentos apresentados até agora, nobres Vereadores, foram sempre esses, de modo que essas empresas se sintam seguras em investir. Mas, e se houver um descumprimento da legislação, mesmo com essa flexibilização toda, quais instrumentos serão criados para que a Prefeitura consiga punir e interditar efetivamente esse gerador de barulho. Ou nada mudará, ou pior, piorará, já que traremos um patamar de barulho mais elevado. E esses maus empresários continuarão impunes e se utilizando, como fazem hoje, de recursos suspensivos para praticar suas ilegalidades e se livrarem de qualquer prejuízo.

Por fim, gostaria de propor duas coisas, acho que nenhuma das duas será aprovada. Quando se lança um produto é necessário conhecer o seu público e suas dores. Ao que parece, os nobres Vereadores conhecem muito bem o lado dos empresários, mas será que alguns de

vocês conhecem o lado dos moradores prejudicados? Será que existe algum de vocês que mora ao lado de uma *dark kitchen* ou de uma arena de show?

Gostaria que esta Casa tornasse obrigatória a vivência sobre o tema que se quer legislar. Vocês precisam experimentar o problema in loco pelo período mínimo de um mês, junto com seus familiares, claro, para que essas mudanças que pretendem empurrar goela abaixo da população afetem o cotidiano e o bem-estar também de vocês. Somente assim, conhecendo as dores da população afetada, terão legitimidade para argumentar com qualquer um que esteja presente hoje no plenário, diferente da forma como é feito hoje, votando friamente, sem ao menos conhecer o problema.

E a segunda proposta, alguém também já veiculou na semana passada, irem lá na Prefeitura, hoje é outro órgão, gostaria de pedir a permissão do Presidente, para que todos aqui presentes liguem os seus celulares e coloquem para tocar aquela pior música que os irritam. Ou se preferirem podem cantar, batucar, fazer barulho, para que realmente os Vereadores sintam nesse breve momento o problema que todos aqui sofrem no dia a dia e que querem nos impor.

Última coisa que gostaria de observar, a privação de sono devida ao barulho é considerada prática de tortura. Então, esse PL está oficializando a tortura na Cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Gustavo Nogueira. Já falou.

Felipe Mirlen, do Brooklin.

O SR. FELIPE MIRLEN – Bom dia, estou de volta.

Infelizmente havia quase que desistido disso, se não fosse a Miriam, Mariana e Lucia, minhas vizinhas, mulheres engajadas que fizeram com que eu não desistisse de buscar os meus direitos, porque infelizmente a questão de que você vai ao longo do tempo, pós-Covid, internação, pós-vacina, construção de um prédio ao seu lado, indo até meia noite, não respeitando o horário, realmente foram minando minhas energias, fui cansando e fui desistindo um pouco de lutar pelos meus direitos. E elas conseguiram fazer com que eu saísse de casa e estivesse aqui hoje novamente. E pensando obviamente no meu filho, nos meus direitos também.

Quer dizer, temos de dar o exemplo para os nossos filhos, ainda mais um profissional pós-graduado em relações públicas, e senti muita falta de um profissional desses ao lado dessas empresas para perguntar, pesquisar, entender os impactos causados em uma eventual empresa como essa.

Além de tudo, trabalho há mais de três décadas com restaurantes e bares. Já tive casas fechadas pelo Ministério Público, no Jardim Paulistano, já passei por diversos exemplos do que se pode e do que não se pode dentro desse segmento, sei o quanto a questão trabalhista é forte aí dentro, a parte de fiscalização, a parte sanitária, o quanto esses guerreiros do segmento gastronômico sofrem. Mas não é fazendo dessa forma errada que eles vão conseguir, digo isso em relação a *dark kitchens*, não falo das outras porque não conheço, e sei que há exemplos fantásticos de *dark kitchens* que se preocuparam com vizinhança, com o entorno, com o motoboy, mas a *dark kitchen* não fez isso em nenhum momento.

Acabei de tirar foto, saindo da minha casa, têm caminhões esperando para descarregar. Aí pergunto, como vocês, nós, população, quando montamos um comércio nos estruturamos para isso, eles foram liberados para poderem estacionar em um horário inapropriado, em uma rua estreita onde passa caminhão, moto, bicicleta, etc. e tal. É chocante o que vejo ali no dia a dia. As manutenções deles são feitas na madrugada, tenho isso filmado, dou aqui a minha cara a tapa, como o representante da Dark Kitchen falou que tem como comprovar, eu tenho como provar as manutenções feitas na madrugada, na surdina. Tenho foto de todos os caminhões, de Coca-Cola, de qualquer empresa, descarregando na calçada, alimentos, insumo, fogões, utensílios.

Então, quer dizer, que mais resta para os políticos, para os empresários entenderem que eles estão realmente sendo danosos aos seus vizinhos. E não digo isso para com quem mora nos jardins ou no Brooklin, digo isso para toda a sociedade que tem o mesmo direito de reclamar.

Então, estou aqui hoje cansado, motivado pelas minhas amigas, por essas mulheres incríveis que fazem com que pelo menos eu saia de casa e venha atrás dos meus direitos, porque

está errado em todos os sentidos. Convido as pessoas a entrarem na minha casa, passar a mão e ver a quantidade de gordura que hoje eu ignoro, o barulho que eu ignoro, o cheiro que eu ignoro, mas não consigo ignorar a quantidade de motoboys que também têm os valores deles, também têm o direito de trabalhar, mas ficam ali urinando, defecando, usando droga, sentados na calçada.

E falo mais, eles defendem que estão gerando emprego. Não estão gerando emprego, têm muitos restaurantes ali que se aproveitaram para demitir um monte de gente e colocam um, dois funcionários em turnos para poder fazer a comida deles e estão dando risada em cima disso. Não estão gerando emprego, me desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Felipe.

Aparecida, do Conselho Participativo de Saúde.

A SRA. APARECIDA – Bom dia a todos e todas, estou começando a aprender como as coisas aqui funcionam e fiquei bem decepcionada.

É o seguinte, estou fazendo parte do Conselho, faço parte de grupos de moradores de Vila Talarico, Vila Matilde, bairros circunvizinhos. Quero dizer que entendo e estudei um pouco sobre isso, que temos de pensar primeiro na saúde das pessoas, o princípio da dignidade da pessoa humana está acima de qualquer outra coisa, é saúde, é vida. E essas leis que estão colocando estão indo contra a saúde das pessoas.

É isso que tenho visto no meu Bairro. E estou vendo que colocar esses jabotis, que eu aprendi o sentido dessa palavra agora, que encaixa, uma coisa fica engavetada, aí quando aparece uma lei encaixam, mesmo que o assunto não tenha nada a ver com o outro, colocam os jabotis lá para passar a boiada. A boiada passa. A população muitas vezes não vê.

No meu Bairro tem muito barulho e estamos lutando muito, já passamos uma documentação para todos os Vereadores, pedindo para que tirassem um jaboti que foi incluído na Lei 17.245, de 2019, Inciso 35, Art. 15º, que dava um terreno da Prefeitura, que era para ser da saúde, deram para uma escola de samba que nos tem atormentado a vida. Prédio pronto, o terreno, eles fazem o que querem por lá, barulho, e agora vão ser legalizados com esse jaboti.

Esse jaboti vai deixar, não são só as cozinhas que vão fazer barulho, vão abrir para os pancadões do Ipiranga, que atormentam pessoas doentes. Vai atormentar a minha vizinhança, porque aí não vai ter respeito mais. Já não tem, vai piorar a situação.

E o Prefeito sabe disso, porque eu entreguei um documento em mãos para ele e para o Governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, entreguei em mãos. Tinha um evento, fui lá, entreguei em mãos, o Governador assinou; o Prefeito olhou, sabia o que era, ah, é da Gamelinha, eu sei, já sei do assunto, passou lá para um assessor assinar, que nem sei que assessor que é, preciso ver.

Então, estão aprovando jabotis em desfavor da população. Em desfavor dos direitos humanos, da dignidade humana das pessoas, Srs. Vereadores, que nos representam, não podem ser contra nós, os munícipes. E é isso que está acontecendo. Fizemos um abaixo-assinado com 20 mil assinaturas, quero que coloquem isso lá.

Obrigada a todos e vamos acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Marcos Rosier.

O SR. MARCOS ROSIER – Boa tarde.

Vou tentar ser breve com minhas últimas considerações, acho que eu devo ser um dos últimos a falar e não serei repetitivo porque acho que já foi dito tudo, acho que a população já se expressou, já falou. Mas primeiro eu queria parabenizar a Casa e a Prefeitura por conseguir desvirtuar completamente a discussão das *dark kitchens*. Parabéns, gente. Tivemos seis audiências públicas numa discussão que, por mais que ainda faltasse muito, a largos passos, para que a gente conseguisse chegar a um ponto de entendimento entre a população e o que deveria ser, nós simplesmente retrocedemos, porque a conversa agora está toda em cima da questão de decibéis, que já vinha se discutindo em outro momento.

Então, desmembrando o que deveria ser, se existe uma intenção ainda de votar o projeto de lei olhando para *dark kitchens*, isso deve ser feito isoladamente; caso contrário, estamos todos olhando para a consequência que isso trará.

O que a Miriam apresentou sobre *dark kitchens*, falando daquela conversa inicial que

nós tínhamos, está perfeito. Caso a gente não seja mais taxativo naquilo que a gente inclui, aquilo que se acredita como o cenário não vou nem falar que seja viável, mas que pelo menos seja algo que se aproxime mais de um modelo que possa conviver próximo de zonas que contemplam residências.

E falar que isso não se aplica para quem já está instalado, porque basicamente o texto diz isso, é dar um salto para quem já está operando, e a vida das pessoas que já são empatadas há mais de 2,5 anos que se exploda, vocês que convivam com isso. “Ah, mas eles vão ter que fazer alguns ajustes”. Gente, todos os investimentos que eles fazem em melhorias não são porque eles estão preocupados com o nosso bem-estar, eles colocam para cima investimentos mínimos necessários para que não sejam autuados perante a lei. Inclusive, na fala que ele citou, em algum momento eu falei que, sim, eles vão operar abaixo de 50 decibéis, e em outros vão operar acima. Mas isso não significa que nós não somos impactados, nós somos. E ele comentou que isso é um problema de gente de alta renda. Gente, vocês conhecem isso aqui? Bilhete Único, é o que eu uso de transporte, eu vim para cá de Bilhete Único. Então, quando ele for pegar a chave da BMW dele, com o dinheiro que ele certamente ganha para gerenciar uma empresa desse tamanho, ele que pense direito no que está falando, porque o que nós estamos fazendo aqui é defendendo o direito de quem é obrigado a conviver diariamente com esse negócio.

Não desejo isso para o meu pior inimigo, mas acho que eu vou mudar um pouquinho a minha postura, porque se eles aprovarem isso aí eu vou desejar que eles construam um atrás da casa de vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Encerrados os inscritos.

Tem a palavra o Secretário Fabricio Cobra.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer aos Vereadores, ao Vereador Paulo Frange, Presidente da

Comissão; Fabio Riva, Líder do Governo; Vereadora Silvia e André Santos, demais que estão *on-line*, todos os presentes na audiência pública. A gente está indo para a sexta ou sétima audiência pública sobre este projeto de lei que trata de mudanças na Lei 16.402, regulamentando a questão das *dark kitchens* e dos decibéis.

Essas questões são muito importantes, trazidas tanto por vizinhos, interessados, entidades, que têm feito com que os Vereadores e o Governo alterassem o texto. Já houve alterações significativas no texto, fazendo o que é exatamente a função legislativa da Casa, do Poder Executivo.

Os Vereadores são eleitos pelo povo, têm competência para isso. O Poder Executivo propõe e, através da oitiva nas audiências públicas das opiniões e de tudo aquilo que é relatado, a gente vai evoluindo na questão legislativa.

A gente evoluiu bastante nessa regulamentação das *dark kitchens* e eu me solidarizo com os vizinhos, tanto o pessoal da Lapa, como do Brooklin. Acho que o diálogo é a marca que a gente deixa registrado em todo esse processo de seis meses. Em nenhum momento, não nos furtamos de ouvir, de receber, de conversar com eles. Inclusive, nas primeiras audiências públicas, a gente tinha inclusive um projeto no Panamby, que foi fiscalizado.

É bom lembrar que a unidade da Lapa funciona com uma ação judicial, porque pela Prefeitura ela já não estaria funcionando, mas existe uma liminar garantindo o funcionamento dessa *dark kitchen* na Lapa, que a Subprefeitura tentou fazer a sua ação de fiscalização e não conseguiu êxito por uma questão judicial.

Então, várias questões que foram trazidas, a do Brooklyn, a questão do estacionamento das motos que a gente também pediu a revisão, são ações de interação entre o Poder Executivo, os Vereadores e a população.

A gente entende a solicitação do artigo 3º, só que a gente tem, por mais de uma construção de uma lei, alguns aspectos jurídicos. Eu sou advogado e entendo um pouco o que a Procuradoria coloca, tanto a Procuradoria da Prefeitura, como da Casa, que muitas vezes a maneira como você faz a redação pode se frustrar depois, porque essa lei pode ser questionada

judicialmente e pode, muitas vezes, ser derrubada.

Então, a gente fez uma série de adequações nessa lei com relação à questão da regularização de poluentes; a própria licença, que antes era uma licença de baixo risco, passou a ser uma licença obrigatória; a questão da responsabilização do administrador do empreendimento. Tudo isso são questões que os empreendimentos terão de se adequar.

No caso específico da Lapa, a licença de baixo risco não precisa ter a regularidade do imóvel, que foi uma novidade trazida por esta Casa junto ao Executivo para que houvesse menos burocracia na cidade de São Paulo, o que traz efeitos positivos. Então, a mudança que a lei está trazendo vai fazer com que esse empreendimento da Lapa, por exemplo, precise de uma licença do imóvel, que hoje ele não tem, o imóvel está irregular. Então, isso vai gerar uma questão jurídica.

Só para a gente lembrar que toda construção foi feita para criar regras com relação a *dark kitchen*, que foi uma questão trazida pela pandemia na sua intensidade e que a Prefeitura, junto com o Poder Legislativo, está tentando construir regras para que tenha equilíbrio, para que não gere incomodidade para os moradores da Cidade e respeitando também a questão da geração das atividades, assim como convive uma série de restaurantes, bares e outras lanchonetes dentro de áreas de forma harmoniosa e com equilíbrio, o que é mais importante dentro da nossa questão.

A gente entende essa ansiedade e me solidarizo por tudo aquilo que vocês vivem, mas são técnicas jurídicas que a gente garante que, da maneira como está escrita a redação, ela vai manter a lei vigente e válida.

Com relação à questão das próprias fiscalizações, a gente fez um intensivão. Desde que a gente começou um diálogo, seja Brooklin, Lapa, Panamby, a Prefeitura aumentou a fiscalização e uma série de medidas para que a gente pudesse ter esses resultados.

Sobre a questão dos decibéis, a gente juntou na outra audiência pública as normas trabalhistas, a NR-15, que foi juntada na audiência pública; as manifestações da Secretaria de Subprefeituras, Secretaria de Licenciamento e Urbanismo. A base da norma trabalhista coloca

como o início de uma questão que gera insalubridade para o trabalhador os 85 decibéis e a gente colocou 75 decibéis como um limite para grandes eventos.

Ninguém está falando que é uma liberação geral na cidade de São Paulo, é uma liberação para os grandes eventos. A falta de regra hoje gera o quê? Existe um Plano Diretor que estabelece que algumas zonas serão regulamentadas posteriormente, então a Prefeitura foi lá e autuou, o Psiu autuou uma, duas três. Na terceira, tem o fechamento administrativo. E vocês falam: “Ah, mas a empresa vai à Justiça e consegue uma liminar para poder operar naquela região”. A diferença é que a licença concedida pela Prefeitura é para o evento e ela segue regras específicas de uma lei. Se a Prefeitura não der, ele vai entrar na Justiça e conseguir.

A questão maior é a seguinte: uma cidade sem regra gera exatamente tudo aquilo que vocês colocaram. Por isso, a gente precisa criar regra.

- Manifestações na plateia.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Gente, vamos ouvir o Secretário.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Aprenda a ouvir um pouco. Vocês falaram aqui durante três horas, a gente está escutando todas as manifestações. Democracia é isso.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, nós ouvimos atentamente respeitando as pessoas. Nós temos que entregar a sala às 13h, senhoras. Eu só estou pedindo para ele concluir, só isso. Só respeitem para ele concluir.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Eu vou concluir, Presidente. Então, o que a gente precisa deixar bem claro é que a cidade de São Paulo é... a regulamentação da mesma lei das *dark kitchens* regulamenta artigos da Lei 16.402; ou seja, a questão dos decibéis regulamenta o artigo da 16.402, é a mesma lei, a mesma questão de comodidade.

Com relação à fiscalização dos *shows*, dos eventos, a regulamentação que está sendo colocada aqui é para os grandes eventos, a gente não está falando que será uma regra aberta para a Cidade inteira, a todo o momento e para todos os *shows*, é para questões específicas. Então, quando a gente fala de um grande evento, como a Fórmula 1; o *The Town*,

que nada mais é do que o Rock in Rio que está vindo para São Paulo, uma grande conquista para a Cidade. Vocês não têm ideia da quantidade de pessoas que dependem de eventos para gerar emprego.

Até respondendo a sua questão, a Secretaria de Obras está fazendo uma intervenção no Autódromo para construir uma passagem por baixo da pista, porque quando acontece um evento tem que passar todos os equipamentos por dentro da pista e interrompe. Esse túnel vai impedir exatamente essa interdição durante a montagem.

Portanto, quando a gente fala que grandes eventos geram empregos, é verdade. A rede hoteleira esteve lotada na cidade de São Paulo no Lollapalooza, por exemplos. São grandes eventos. A gente não está falando de uma liberação geral para a Cidade, mas para grandes eventos e *shows*, que hoje funcionam através de liminar.

Outra questão, Presidente, que é importante: o Prefeito também enviou a esta Casa um projeto de lei alterando, adequando e valorizando a profissão do agente vistor, ele autorizou a realização de concurso público para contratar mais de 500 agentes vistores na cidade de São Paulo, para fortalecer os órgãos de fiscalização na Cidade.

Com essa regulamentação, há uma melhora na carreira do agente vistor, que será mais valorizado, e o reforço de mais 500 agentes vistores para os quadros da Prefeitura, para que possa haver uma fiscalização melhor.

É isso, Presidente. Agradeço a oportunidade, apesar da dificuldade, de a gente poder se expressar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretário.

Estão encerrados os trabalhos da audiência pública do PL 362/2022.

Passemos ao item 02 da pauta, PL 136/2022, do Vereador Marcelo Messias, que altera a redação do § 2º do art. 123 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o uso e a ocupação do solo, na redação dada pelo art. 7º da Lei nº 16.886, de 4 de maio de 2018.

O Vereador relator é Rodrigo Goulart. Não há oradores inscritos. Encerrada a

discussão. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 136/2022, bem como a audiência pública do PL 362/2022.

Estão encerrados os trabalhos.
